



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Maria Eduarda Moraes Mosqueira Gomes

**A GUERRA NA UCRÂNIA E SEUS IMPACTOS PARA OS ÍNDICES DE PREÇOS
GLOBAIS DE PETRÓLEO**

Rio de Janeiro

2023

Maria Eduarda Moares Mosqueira Gomes

A GUERRA NA UCRÂNIA E SEUS IMPACTOS PARA OS ÍNDICES DE PREÇOS
GLOBAIS DE PETRÓLEO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
exigência para obtenção do título de Bacharela
em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Vergnhanini

Coorientador: Professor Dr. Alexis Saludjan

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

M912g Mosqueira Gomes, Maria Eduarda Moraes
A Guerra na Ucrânia e Seus Impactos para os Índices de Preços Globais de Petróleo / Maria Eduarda Moraes Mosqueira Gomes. -- Rio de Janeiro, 2023.
62 f.

Orientador: Rodrigo Vergnhanini.
Coorientador: Alexis Saludjian.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2023.

1. Índices de Preços do Petróleo Globais. 2. Guerra na Ucrânia. 3. Mudança no paradigma mundial. I. Vergnhanini, Rodrigo, orient. II. Saludjian, Alexis, coorient. III. Título.

MARIA EDUARDA MORAES MOSQUEIRA GOMES

A GUERRA NA UCRÂNIA E SEUS IMPACTOS PARA OS ÍNDICES DE PREÇOS
GLOBAIS DE PETRÓLEO

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito para a obtenção do título
de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 22/08/2023.

RODRIGO VERGNHANINI - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

SIMONE FIORITTI SILVA

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao professor Rodrigo Vergnhanini, que aceitou me orientar nessa última etapa da minha graduação e que sempre se mostrou à disposição para me ajudar quando mais precisei.

Também não posso esquecer de agradecer a paciência do professor Alexis Saludjan, que me deu apoio, orientações e direção. Ao corpo docente do Instituto de Economia pelas aulas, palestras e sabedoria.

À minha inspiração de vida, gostaria de agradecer ao meu avô Paulo Luiz (in memoriam), que foi a pessoa decisiva ao me apoiar incondicionalmente em todos os momentos da vida, sendo meu melhor amigo, apoio e suporte emocional. Sei que como professor, ele nunca deixou de me incentivar e minha avó Maria de Lourdes por proporcionar inúmeros momentos de alegria nesse intermeio.

Aos meus pais Múcio e Cláudia, queria agradecer pelas inúmeras horas de paciência e esforço que levaram até aqui. Foram e são a base do que me tornei hoje e sei que ficaram tão esperançosos nesse projeto quanto eu.

Gostaria de agradecer também a todos os amigos e colegas que fiz durante a faculdade, que me proporcionaram momentos de riso e amizades que guardarei com carinho. Principalmente, aos meus amigos Bianca e Sérgio, que me suportaram nesse final de escrita.

Por último, agradeço de coração e alma ao meu noivo, Frederico, que sempre me apoiou, me ofereceu amor, carinho e me auxiliou a amadurecer emocionalmente para nunca desistir dos meus sonhos. Dessa forma, lapidou a base daquilo que sou e ainda me tornarei. Aos meus sogros, que me adotaram nesse processo e tiveram foco e paciência comigo para concluir esse projeto. Amo todos vocês.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar comparativamente os impactos dos choques de petróleo da década de 1970 e os efeitos do conflito russo-ucraniano de 2022 sobre os preços globais de petróleo e sobre a economia mundial. A escolha do tema foi devido à relevância global desta *commodity* e sua capacidade de influenciar mundialmente a economia e a geopolítica. A metodologia utilizada baseou-se no uso de dados estatísticos para corroborar as flutuações do preço do petróleo nos dois períodos abordados, bem de fontes de pesquisa acadêmica e notícias do conflito contemporâneo. No primeiro capítulo, será abordado e contextualizado os choques do petróleo da segunda metade do século XX, focando no rearranjo dos preços internacionais do petróleo e nas mudanças para o paradigma energético global; no segundo capítulo, será analisada a invasão russa à Ucrânia, e os impactos da invasão para os índices de preços de petróleo; por fim, serão verificadas as similaridades e diferenças entre o recorte histórico da década de 70 com o conflito bélico atual, verificando as reverberações para os preços da *commodity* e da política energética mundial .

Palavras-chave: Preço do Petróleo, Ucrânia, Geopolítica

ABSTRACT

The objective of this research was to comparatively analyze the impacts of the oil shocks of the 1970s and the effects of the Russian-Ukrainian conflict in 2022 on global oil prices and the world economy. The choice of this topic was due to the global relevance of this commodity and its capacity to influence the economy and geopolitics on a worldwide scale. The methodology used was based on the use of statistical data to corroborate the fluctuations in oil prices during the two periods examined, as well as academic research sources and news about the contemporary conflict. In the first chapter, the oil shocks of the second half of the 20th century will be discussed and contextualized, with a focus on the rearrangement of international oil prices and changes in the global energy paradigm. In the second chapter, the Russian invasion of Ukraine will be analyzed, and examining the impacts of the invasion on oil price indices. Finally, similarities and differences between the historical period of the 1970s and the current military conflict will be examined, assessing the reverberations for commodity prices and global energy policy.

Keywords: Oil Prices, Ukraine, Geopolitics

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. Os choques de petróleo dos anos 70 no século XX.....	12
1.1. Contextualização do panorama pré-choque do petróleo	12
1.2. Os choques do petróleo de 1973 e 1979 e o rearranjo global de preços.....	18
1.3. As consequências dos choques do petróleo para a mudança do paradigma energético global	22
2. O impacto da Guerra da Ucrânia sobre preços de petróleo no início dos anos 2020	24
2.1. Contextualização da invasão russa à Ucrânia	24
2.2. Os impactos para os índices de preços globais de petróleo	26
Considerações Finais	39
Referências Bibliográficas	42
Anexo I – Definição de Estado e Estado-nação	46
Anexo II - A Ucrânia na formação do imaginário identitário russo	55

Introdução

Desde a Antiguidade, a existência do petróleo e seus derivados já é conhecida pelo homem. Os primeiros registros, comprovados através de evidências arqueológicas, demonstram sua utilização pelos povos egípcios, persas, da Mesopotâmia e árabes. Marco Polo, em seu livro de viagens, relata que pela Rota da Seda, no norte da Pérsia, no atual Azerbaijão, petróleo já era produzido em larga escala (CEPA-USP, 1999) (levando em consideração os padrões da época), sendo o betume (piche) utilizado para pavimentação de estradas, vedação de grandes construções, iluminação e aquecimento de casas e templos.

Avançando para o século XIX, a Inglaterra é berço do que foi convencionalmente historicamente, a posteriori, como a “Revolução Industrial”. Esta Revolução consistiu em uma série de avanços tecnológicos com destaque para a máquina a vapor, que provocou uma verdadeira transformação nos métodos de manufatura tradicionais (WOOD, 2001). Graças a tais avanços tecnológicos, a Inglaterra passou de um modo de produção até então baseado na agricultura de campesinato para o industrial, que se iniciou no ano de 1760.

A partir de então, a produção incipiente deixou de ser baseada em pequenos artesãos unidos por meio de guildas para manufaturas com escala industrial. Como consequência, a antiga massa de agricultores migra para as cidades (inaugurando os grandes centros urbanos modernos), provocando um expressivo êxodo rural e uma massa de operários a trabalhar nestas novas fábricas (HOBSBAWM, 1962). Nesse sentido, aliado a outras invenções como a locomotiva a vapor e o tear mecânico, está posto o cenário em que o petróleo irá dominar como fonte de energia motriz primária.

No auge desse movimento de inovação industrial, em 1840, o inventor escocês James Young descobriu que o petróleo poderia ser obtido através da extração do carvão e xisto, criando os primeiros processos de refino de petróleo e assim, o embrião para o surgimento da indústria petrolífera moderna. Já em 1859, o Coronel Edwin Drake foi pioneiro na construção

da primeira torre de perfuração de petróleo em solo norte-americano, no Estado da Pensilvânia. Para ordem de grandeza, no período de 1859/1873, a extração de petróleo nos Estados Unidos salta de aproximadamente 2 mil barris (1859) para incríveis 3 milhões em 1873 (CEPA-USP, 1999), com o surgimento de inúmeras pequenas empresas produtoras da commodity em ascensão.

Vale ressaltar ainda que devido a primazia de Drake, com a crescente demanda por querosene refinado para lâmpadas, as inúmeras descobertas de campos petrolíferos criaram cidades em expansão em toda a costa leste americana, e ainda, com os recursos oriundos dos campos petrolíferos, na gênese de toda uma infraestrutura de transporte e escoamento da produção de petróleo.

Ainda no íterim supracitado, com a eclosão da Guerra Civil Norte-Americana, em 1861, verifica-se a importância estratégica do petróleo, onde em 09 de maio de 1863 é realizado o primeiro ataque a um campo de petróleo no contexto de guerra, onde o exército confederado, comandado pelo General William "Grumble" Jones, bombardeia a comunidade petrolífera de Burning Spring e destrói ferramentas de perfuração, equipamentos de produção, tanques de armazenamento e milhares de barris de petróleo.

No contexto da expansão inicial da produção de petróleo nos EUA, uma das pequenas empresas que surgiram na ocasião foi a insigne Standard Oil, em 1863, capitaneada pelo industrial John D. Rockefeller (CEPA-USP, 1999). Rockefeller, em 17 anos, por meio da eliminação de concorrentes por pressão via preços, fusões com outras empresas e uso de descontos de transporte ferroviário favoráveis, controlou em seu auge o refino de 90 a 95 por cento de todo o petróleo produzido nos Estados Unidos, até a quebra do monopólio da empresa pelo Ato Sherman de Antitruste e catalisando a criação das modernas empresas multinacionais de petróleo conhecidas como "Sete Irmãs".

Nas relações internacionais, de modo a combater a influência nos preços globais de petróleo pelas "Sete Irmãs", é criada pelos principais países produtores da commodity a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), funcionando na prática como um cartel de países que

visam controlar a produção e disponibilidade do produto no mercado global, de modo a manter um nível de preço rentável para os respectivos membros.

Já na conjuntura brasileira, a exploração de petróleo no Brasil começou desde o século XIX, mas tímida e custosa até o primeiro grande descobrimento em 1939 no Estado da Bahia. Na esteira da II Guerra Mundial, a campanha nacional do "O petróleo é nosso!" culminou na criação da Petrobras em 1953 pelo Presidente Getúlio Vargas, bem como no monopólio estatal do petróleo pela empresa no país, monopólio este quebrado apenas em 1997.

Os dois grandes choques do petróleo mudam o paradigma de petróleo barato e abundante para o mundo desenvolvido, com os preços do barril de petróleo subindo exponencialmente em curtos espaços de tempo, com o primeiro choque em decorrência do apoio americano à Israel na Guerra do Yom Kippur (HOBSEAWM, 1995) e o segundo em decorrência da Revolução Iraniana e a conseqüente Guerra Irã-Iraque, inaugurando um longo período de recessão e desestabilizando a economia global por completo.

No contexto da economia política internacional, o presente trabalho tem como objetivo discutir o tema: A Guerra na Ucrânia e seus Impactos para os Índices de Preços Globais do Petróleo.

O objetivo é analisar de forma comparativa os impactos advindos dos choques de petróleo da década de 1970 e os efeitos da Guerra na Ucrânia na década de 2020 sobre os preços globais dessa commodity e suas conseqüências para a economia global. Assim sendo, trata-se da influência dos conflitos sobre os preços conjunturais do petróleo, não sendo foco deste trabalho a discussão dos aspectos estruturais associados às condições de produção.

A metodologia empregada nesta pesquisa foi a abordagem quali-quantitativa. Isso implica na combinação de dados analíticos (quantitativos), como valores e números, com a pesquisa qualitativa, que se baseia na coleta de informações provenientes da observação de comportamentos naturais, discursos e respostas abertas, visando a uma interpretação posterior e a compreensão de significados de maneira científica.

A estrutura da monografia é composta por um capítulo principal, cujo foco inicial reside em contextualizar o panorama pré-choque do petróleo, depois na análise dos choques de 1973 e 1979 e o rearranjo global de preços. As consequências para a mudança do paradigma energético global, embora mencionadas como fator importante nesta discussão, não serão desenvolvidas no presente trabalho.

Já o segundo capítulo tem como foco a guerra na Ucrânia e seus impactos nos índices de preços globais de petróleo. Por fim, são feitas considerações finais baseadas no que foi analisado. O trabalho conta ainda com dois anexos, que exploram a ideia de Estado-Nação e a participação da Ucrânia na formação do identitário russo como sendo materiais acessórios para a compreensão da origem do conflito atual.

1. Os choques de petróleo dos anos 70 no século XX

1.1. Contextualização do panorama pré-choque do petróleo

De acordo com a epígrafe famosa do filósofo irlandês Edmund Burke que diz: “Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la” (BURKE, 1790). Neste sentido, de modo a entendermos os impactos da atual guerra na Ucrânia para os índices de preços globais de petróleo, é necessário revisitarmos o momento de mudança pivotal para os preços da commodity em questão, ocorrido a partir da década de 70 do século passado, onde de igual forma à presente circunstância, também foi decorrente de conflito bélico que causou disrupção na cadeia logística de fornecimento do bem.

O capitalismo pós segunda guerra mundial é comumente referenciado como em sua “idade de ouro”, caracterizado pelo crescimento contínuo das economias avançadas - com os EUA capitaneando estas economias de livre mercado – (HOBBSAWM, 1995) marcando o ponto máximo do “*American Way of Life*”; pelas reconstruções europeia por meio do Plano Marshall e japonesa por meio do Plano Colombo; e por fim, do mundo bipolar de potências antagônicas capitalista (EUA) e socialista (URSS), marcando o início do período histórico conhecido como a “Guerra Fria”. No bloco socialista, com a reconstrução via planejamento central governamental, é também experimentado, ainda que inicialmente, uma ascensão exponencial do padrão de vida experimentado nos países da “cortina de ferro”, trazendo uma competição ideológica e tecnológica real com o ocidente e tendo como destaque o Sputnik, o primeiro satélite artificial colocado em órbita da Terra em 1957, inaugurando a corrida espacial.

No pós segunda guerra ainda, aprofunda-se a interdependência tanto dos países do bloco ocidental quanto oriental, inaugurando-se o processo de globalização moderno, com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA, que culminaria na atual União Europeia, tendo com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a cooperação a nível militar. Do lado oriental, os países sob influência soviética organizam-se economicamente por meio do

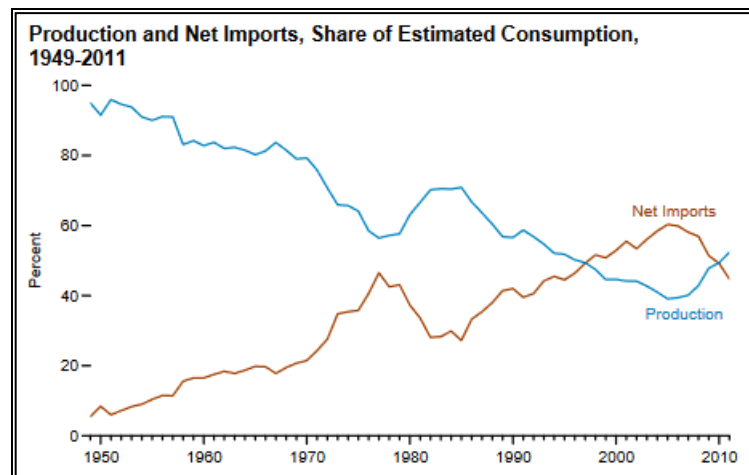
Conselho para Assistência Econômica Mútua – COMECON, e a nível militar por meio do Pacto de Varsóvia. Em 1961, com a construção do Muro de Berlim, é literalmente visível a divisão planetária em esferas de influência capitalista e comunista (HOBBSAWM,1995).

Assim, com proliferação de organizações multilaterais e os avanços tecnológicos, aliados com a interdependência econômico-financeira entre os países/blocos comerciais, o processo de globalização iniciado no pós-guerra é colocado da seguinte forma pelo historiador Jean Jacques Chesnaux:

(...) Mais do que nunca, a produção e as trocas servem ao aumento da reprodução do capital e se organizam segundo as normas e as propriedades do mercado mundial. Mais do que nada, a prosperidade das empresas se define pela rentabilidade de seus investimentos e a competitividade de seus produtos. Mais do que nunca, o valor de uso se separa do valor de troca. Mais do que nunca, a interpenetração do capital industrial e do financeiro é a chave do poderio econômico (CHESNAUX, 1995, p. 189).

A contextualização anterior é importante para demonstrar que com o “boom” econômico no pós segunda guerra mundial, o capitalismo entra em sua “fase de ouro” em virtude do crescimento exponencial das trocas entre os países e conseqüentemente a interdependência entre os mesmos. Os EUA, especificamente com relação ao petróleo, apesar de produzir a commodity em larga escala em seu território, graças à superoferta internacional e desta forma, aos baixos preços praticados pelos países do Golfo Pérsico (principais produtores), passa cada vez mais a depender de importações para suprir seu mercado interno, conforme o Gráfico 01 abaixo:

Gráfico 01 – Produção e Importações Líquidas com relação ao Percentual do Consumo Estimado, no período entre 1949-2011

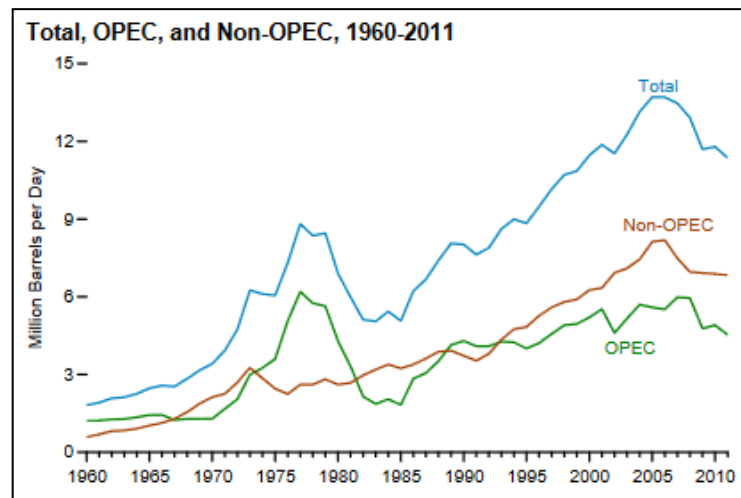


Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA, 2012, p.118)

Podemos verificar no gráfico acima o declínio da produção de petróleo nacional norte-americana, com a respectiva trajetória inversa de ascensão de importações da commodity, demonstrando, conforme mencionado previamente, a crescente dependência externa dos EUA no pós segunda guerra, tendência esta verificada desde 1949.

Estabelecida a relação de dependência externa (GARAVINI, 2016, p.6), no Gráfico 02 (EIA, 2012, p.126) abaixo é possível verificar que dentre as importações de petróleo por país de origem, no período imediatamente anterior ao primeiro choque do petróleo, em 1973, os países membros da OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Cartel de países fundada em 1960 e composta majoritariamente por países do Oriente Médio que visa controlar o nível de preço global) assumem como principais exportadores de petróleo para os EUA:

Gráfico 02 – Importações de Petróleo por País de Origem, entre “Total”, “OPEP” e “Não-OPEP”, no período entre 1960-2011



Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA, 2012, p.126)

Desta forma, em resumo, os EUA pré-choque do petróleo são marcados pela dependência cada vez maior do petróleo de países da OPEP, aliado a um crescimento econômico exponencial a partir do fim da segunda guerra mundial, com rentabilidade e produtividade em ascensão, crédito abundante e ganhos reais no padrão de vida do americano médio, conforme trecho abaixo do Estudo do “Council on Foreign Relations” sobre a Política Externa Norte-Americana e sua Dependência de Petróleo:

(...) At the end of World War II, the United States is an economic and military superpower. The country plays a central role in the global recovery, including providing energy aid to a devastated Europe. The war’s end also brings about the end of U.S. gas rationing. The U.S. auto industry booms, with the number of cars in the United States jumping from twenty-six million to forty million in the five years after the war. In the decades that follow, the transportation sector’s (mainly automobiles) share of oil consumption rises from about 50 percent to more than 70 percent

(CFR, 2022)

No trecho imediatamente acima, verifica-se que os Estados Unidos é o grande vencedor no cenário internacional, como superpotência econômico-militar e líder do bloco capitalista, desempenhando um papel central na recuperação global, incluindo o fornecimento de ajuda energética para a reconstrução europeia. Tal boom industrial inaugura os chamados “30 anos dourados” do capitalismo mundial, tendo como propaganda deste estilo de vida o crescimento da indústria automobilística americana, onde a frota total salta de vinte e seis milhões para quarenta milhões de carros nos cinco anos após a guerra. Nas décadas seguintes, a participação do setor de transporte (principalmente automóveis) no consumo de petróleo nos EUA aumenta de cerca de 50% para mais de 70%.

Já na Europa, o Plano Marshall é essencial para a reconstrução europeia no pós-guerra:

(...) The European Recovery Program, also known as the Marshall Plan, helps war-torn Europe get access to petroleum imports. Over the course of the forty-five-month program, the United States supplies more than \$11 billion in oil aid, about 10 percent of the total aid provided by the program. The continent begins to become more dependent on oil for its energy needs as Europeans turn away from coal. But European oil needs begin to be increasingly met by the Middle East and not the United States. The United States is a net oil exporter in 1945, but by 1950 it is importing nearly one million barrels a day and within two decades the country is importing over six million barrels per day—more than a third of U.S. demand (CFR, 2022).

O trecho supracitado é particularmente interessante em elucidar como o Plano Marshall ajuda a Europa devastada pela guerra a ter acesso às importações de petróleo. São distribuídos mais de US\$ 11 bilhões em ajuda petrolífera pelos Estados Unidos, cerca de 10% da ajuda total fornecida pelo programa, ao longo de 45 meses. Com isso, o continente começa a se tornar mais dependente do petróleo para suas necessidades energéticas, à medida que os europeus se afastam do tradicional e

disponível carvão. Contudo, as necessidades petrolíferas europeias começam a ser cada vez mais atendidas pelo Oriente Médio e não pelos Estados Unidos (conforme demonstrado em gráfico anterior de produção americana versus importações líquidas). Os Estados Unidos, que era um exportador líquido de petróleo em 1945, em 1950 importa quase um milhão de barris por dia e em duas décadas, mais de seis milhões de barris por dia, ou seja, mais de um terço da demanda norte-americana.

Um último aspecto, mas não menos importante, concerne à influência nos preços globais de petróleo pelas chamadas "Sete Irmãs", constituídas em sua maioria das empresas decorrentes da quebra do monopólio da Standard Oil pelo Ato Sherman de Antitruste de 1890. Desde 1919, após estudo do U.S. Geological Survey (Serviço Geológico dos Estados Unidos), (CRF, 2022), que alegou que o suprimento de petróleo dos EUA iria acabar em dez anos, o Governo Norte-Americano ativamente promove uma política de "portas abertas" para suas empresas com os Governos dos países do Oriente Médio, visando que todas as empresas estrangeiras (independente de nacionalidade por pressão da Inglaterra e França) competissem por concessões estrangeiras na região (CFR, 2022), cobrindo uma área que perpassa da Turquia ao Iraque e Arábia Saudita, mas excluindo Egito, Irã e Kuwait, que culmina no "Red Line Agreement".

Contudo, nas décadas seguintes, uma onda de nacionalizações varre os países do Oriente Médio e México, com os governos tendo um papel mais ativo na indústria do petróleo de seus países. No México, o governo nacionaliza a indústria petrolífera por inteiro e revoga todas as concessões petrolíferas dos EUA. No Irã, durante o reinado do Xá Reza Pahlavi, é cancelada, em 1951, a concessão da companhia petrolífera britânica Anglo-Pérsia, e subseqüentemente nacionalizada pelo Primeiro-Ministro Mohammad Mossadeq. Porém, em 1953, após a nacionalização, os militares iranianos, com a ajuda das agências de inteligência britânicas e norte-americanas, derrubam o mesmo Primeiro-Ministro iraniano (eleito democraticamente) responsável pela nacionalização dois anos antes, reabrindo as negociações com o Xá, que por sua vez concorda com um consórcio de empresas (principalmente dos EUA) para gerenciar a indústria de petróleo do Irã (CFR, 2022).

Nessa queda de braço entre as empresas petrolíferas ocidentais e os governos nacionais dos países produtores, é criada, em 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com dirigentes do Irã, Kuwait, Catar, Arábia Saudita e Venezuela, onde juntos, representam 80% das exportações mundiais de petróleo (CFR, 2022), em um esforço para estabelecer preços internacionais melhores para os países integrantes do cartel.

Está assim montado o cenário pré-choque do petróleo: os EUA, até então um exportador líquido de petróleo, com o boom econômico do fim da segunda guerra, tornam-se cada vez mais dependentes do petróleo fornecido pelos países do Oriente Médio por meio da OPEP; a Europa, através do Plano Marshall de Reconstrução, se distancia do carvão disponível no continente para o uso do petróleo livremente fornecido pelos americanos, que por sua vez, também é fornecido pelos países árabes.

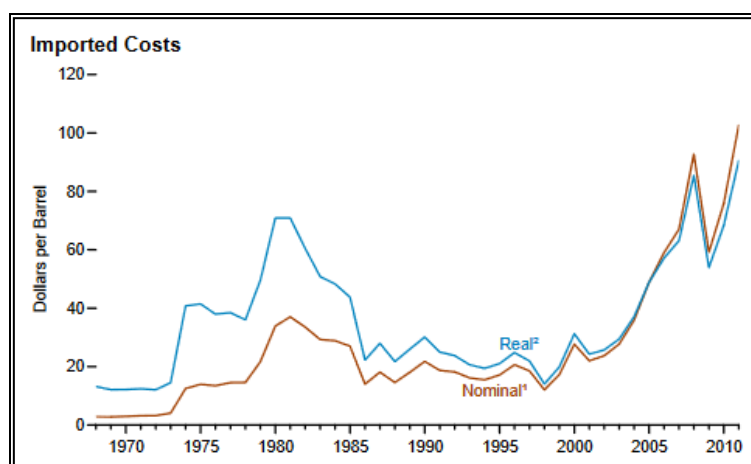
Assim, o crescimento e bonança experimentado pelos países avançados ocidentais no pós segunda guerra é altamente dependente da livre e abundante oferta da commodity pela OPEP, necessidade esta que trará sérias consequências não só para os países avançados, mas para todo o mundo.

1.2. Os choques do petróleo de 1973 e 1979 e o rearranjo global de preços

A década de 1970 marca a mudança de paradigma dos preços baixos e oferta abundante da commodity em todo o planeta. Já descontentes com a ingerência ocidental na produção em seus países, objeto de diversas nacionalizações em décadas anteriores, com a eclosão da Guerra do Yom Kippur (HOBSEAWM, 1995, p. 190-192), entre Israel (apoiado pelo EUA e Europa) e diversos países árabes, o petróleo torna-se uma arma política em represália à ocupação israelense de territórios palestinos conquistados durante conflito, por meio do embargo de fornecimento a seus aliados.

No gráfico abaixo (EIA, 2012, p. 166) verifica-se a trajetória ascendente do preço do barril a partir de 1973 (primeiro choque), com pico em 1979 (segundo choque):

Gráfico 03 – Preço Real e Nominal do Petróleo tendo como base os Custos de Importação, em Dólares por Barril (de 2005), no período entre 1968-2011



Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA, 2012, p.118)

As consequências para não só o Ocidente, mas como todo o mundo, são devastadoras e imediatas:

(...) As retaliações causam pânico global: em 16 de outubro, as vendas para os EUA, maiores importadores mundiais, e para a Europa são embargadas; a produção sofre firme redução em tempos de alta demanda, forçando o preço do barril a subir cerca de 400% em três meses, de US\$ 2,90, em outubro de 1973, para US\$ 11,65, em janeiro do ano seguinte. O governo norte-americano lança mão de controle sobre a oferta da gasolina vendida no país. Cenas de motoristas em longas filas ilustram dramaticamente a extensão do problema. "Ninguém está mais profundamente consciente do que está em jogo: o petróleo e nossa posição estratégica", declarou o presidente Richard Nixon, no dia do anúncio do embargo, que durou até março de 1974. Os países ricos são obrigados a reduzir os gastos públicos e as importações de petróleo, além de elevar suas taxas de câmbio de modo a preservar suas contas externas e buscar outras formas de geração de energia.

(IPEA, 2010)

A passagem acima resume perfeitamente o rearranjo global após o primeiro choque do petróleo: com o embargo de fornecimento pela OPEP, os países produtores de petróleo tornaram-se controladores do mercado, com as companhias petrolíferas ocidentais perdendo espaço na formação dos níveis de preço praticados globalmente; ainda, cria-se com a dependência do petróleo pelo Ocidente uma arma política para os países árabes, e conseqüentemente, em um risco geopolítico para os países ricos, botando fim na interdependência comercial do imediato pós segunda guerra e nos “anos durados” do capitalismo mundial, com uma forte recessão econômica que durará até o final da década de 1980; contudo, ao mesmo tempo que os países produtores alavancam-se com o Ocidente no tocante as suas demandas políticas e de preço, criam o movimento de substituição energética não só nos Estados Unidos e Europa, mas também em países periféricos como o Brasil, atingidos indiretamente pelo embargo aos países ricos, por meio da criação de iniciativas como o Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) e investimentos em energia alternativa com a construção das Usinas Nucleares de Angra dos Reis, numa tentativa de diminuir a dependência do país do petróleo estrangeiro.

Analisando o Brasil na perspectiva de um exemplo de país não diretamente embargado de fornecimento pela OPEP, temos o seguinte cenário de níveis de preço para a commodity:

(...) O Brasil não foi diretamente atingido pela decisão da Opep, o bom relacionamento com as nações produtoras garantiu o fornecimento. No entanto, o aumento das importações afetou nossa balança comercial. O crescimento retraiu. Então, para dar fôlego ao milagre econômico, o governo passou a tomar mais empréstimos no exterior. A dívida externa do País saltou de US\$ 17,2 bilhões em 1974 para US\$ 43,5 bilhões em 1978.

(ESTADÃO, 2014)

O governo brasileiro (militar na época), objetivando que o país não só não caísse em recessão, mas mantivesse o patamar de crescimento altíssimo experimentado desde meados da década imediatamente anterior

(período conhecido como “milagre econômico”), manteve a importação de petróleo dos países membros da OPEP, contudo, a preços astronômicos – uma vez que o Brasil não apresentou corte de fornecimento, mas não tinha como escapar dos níveis de preços praticados internacionalmente, assim como todos os demais países não embargados – causando uma explosão da dívida externa do país, onde buscou-se remediar tal fato por meio de programas de substituição energética.

A economia global sofre novamente um golpe severo com o segundo choque do petróleo de 1979, em decorrência da Revolução Iraniana, que força o Xá Mohammad Reza Pahlavi ao exílio no Egito com a formação de um novo governo teocrático com base na Sharia islâmica, tendo o Aiatolá (clérigo) Ruhollah Khomeini como líder supremo (CLAWSON, 2005, p.90) Assim, a produção iraniana no período cai de cinco milhões de barris por dia para zero, totalizando, por si só, uma perda de cerca de 5% na produção global.

Como se não bastasse, com a queda da monarquia secular iraniana para um governo teocrático fundamentalista xiita, questões estratégicas de fronteira entre Irã e Iraque reacendem na região de Shatt al-Arab, dividida entre os dois países, e ainda, deterioradas com a ingerência do Aiatolá Ruhollah Khomeini insuflando sentimentos contra o governo sunita de Saddam Hussein (sendo que a maioria da população iraquiana é de denominação xiita), estoura em 1980 a Guerra Irã-Iraque, tendo o Iraque apoio Ocidental (CLAWSON, 2005, p.120) que visava a derrubada do governo teocrático iraniano recentemente instalado:

Iran and Iraq go to war in September 1980. Though the United States is officially neutral, it renews diplomatic ties with Iraq, which have been severed since the 1967 Arab-Israeli conflict. Continuing attacks on both Iraqi and Iranian oil facilities remove four million barrels a day in oil production from the global market. The Reagan administration issues a national security directive in 1983 to increase the U.S. military presence in the Persian Gulf

to help protect the oil facilities and shipments to allies. The war lasts eight years.

(CFR, 2022)

A Guerra entre dois países exportadores importantes para a commodity remove quatro milhões de barris por dia na produção de petróleo no mercado global, prejudicando ainda mais a já combatida oferta do produto. Novos recordes nos níveis de preço são atingidos, triplicando no período (vide gráfico 03 acima). De modo a garantir seu fornecimento, os Estados Unidos emitem uma diretiva de segurança nacional aumentando sua presença militar no Golfo Pérsico, visando proteger as instalações petrolíferas e garantir as remessas a seus aliados. A guerra dura um total de oito longos anos.

Para países em desenvolvimento como o Brasil, a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”, onde a explosão dos preços da commodity veio acompanhada do aumento das taxas de juros nos países ricos, como tentativa de conter a inflação. Isto acarreta um efeito cascata em suas dívidas externas, uma vez que eram contratadas a taxa de juros flutuantes (GIAMBIAGI ET AL, 2016). Aliado a este cenário, com este aumento da taxa de juros nos países desenvolvidos, os investidores internacionais retiram seus recursos alocados em países em desenvolvimento, transferindo-os para os países industrializados por apresentarem menor risco. Todos estes fatores implicam em um ciclo vicioso de menor oferta de recursos internacionalmente e aumento de percepção de risco para novos empréstimos de rolagem de dívida, culminando na inevitável moratória do pagamento da dívida externa; inflação galopante; e recessão econômica.

1.3.As consequências dos choques do petróleo para a mudança do paradigma energético global

Por fim, podemos aqui digressionar quais foram os efeitos práticos dos choques do petróleo, ou seja, de seus novos patamares de preço praticados para a economia mundial, para verificarmos mais a frente os padrões e/ou diferenças com relação ao atual conflito na Ucrânia.

Primeiramente, apesar de inicialmente a OPEP conseguir tanto seus objetivos políticos (pressionar o Ocidente por seu apoio à Israel) quanto a melhorar os níveis praticados de dólar por barril, no longo prazo a reação do lado ocidental perpassou por substituir o petróleo importado pelo produzido domesticamente, através de programas de conservação energética e prospecção *offshore* (CFR, 2022), e de igual forma, a substituí-lo completamente via energias alternativas de álcool, gás natural, energia nuclear e etc.

Ainda, em resposta às nacionalizações de suas instalações promovidas pelos governos dos países produtores, as multinacionais petrolíferas recorrem a horizontalização de suas operações, ou seja, ao invés de controlar, como faziam no passado, desde a produção à distribuição (verticalização), passaram a focar isoladamente em determinados segmentos da cadeia produtiva, por exemplo, refinando o petróleo cru exportado pela OPEP, aferindo margens muito maiores.

Politicamente, ao usar a commodity como arma, a OPEP transformou a mesma como um risco geopolítico a ser mitigado, culminando em um efeito adverso do originalmente planejado de menor ingerência ocidental para duas guerras com o único objetivo de controle geopolítico do bem: a 1ª Guerra do Golfo de 1990 (ou a Invasão do Kuwait pelo Iraque) e a 2ª Guerra do Golfo de 2003 (ou a Guerra do Iraque). Ainda, como efeito da Guerra Irã-Iraque, ou seja, ainda na década de 1980, muitos países formadores do Cartel, em virtude de necessidades próprias de divisas, desrespeitaram os limites de produção estabelecidos pela organização, enfraquecendo sua posição como reguladora de preços. Na mesma década, novas descobertas de reservas em países não membros do Cartel (vide gráfico 02 acima) deterioraram ainda mais o papel de regulação de preços pela OPEP.

Por último, com o derramamento de óleo do superpetroleiro Exxon Valdez no Alasca, que libera mais de onze milhões de barris de petróleo na região e entra para história como um dos piores desastres ambientais dos Estados Unidos (LEACOCK, 2005), o derramamento – e seu custo de limpeza de US\$ 2 bilhões (CFR, 2022) – reforça o movimento de substituição energética iniciado no primeiro choque do petróleo, tendo o

meio ambiente como principal expoente para a promoção de uma matriz energética renovável e conseqüentemente, menor dependência do petróleo finito.

Em 1997, com a assinatura do Protocolo de Kyoto pelas principais potências mundiais (a excluir os Estados Unidos, que se recusa por temer insegurança energética), um marco na transição energética do petróleo para outras formas de energia é atingido, uma vez que o mecanismo internacional engendrado de controle passa a ser os níveis de emissão de gases de efeito estufa (CFR, 2022), e não mais apenas a necessidade de consumo de cada país), como forma de redução e adaptação aos níveis crescentes de gases de efeito estufa, de modo a combater as mudanças climáticas decorrentes do aumento das temperaturas médias globais.

2. O impacto da Guerra da Ucrânia sobre preços de petróleo no início dos anos 2020

2.1. Contextualização da invasão russa à Ucrânia

A Ucrânia tem grande econômica e geopolítica no cenário internacional. Desde a incorporação da Ucrânia ao Império Russo no Século XVIII, e em especial, da Criméia após disputa com o Império Otomano, o país, economicamente, sempre foi considerado o “celeiro” no qual diz respeito a produção de alimentos, e em importante polo industrial com a rápida industrialização vivida mais tarde já no regime soviético. Uma vez que esta posição foi mantida até os dias de hoje, em virtude do atual conflito, ameaça não só a produção de alimentos para a Europa como um todo, mas a diversos outros países em desenvolvimento como Egito, Líbano e Tunísia (Refinitiv News, 2022) sendo o principal líder na produção global de arroz, trigo e fertilizante (matéria prima essencial).

Sua importância também sempre foi muito grande para a Rússia, que se utilizava da Ucrânia como um anexo de custo mais barato para gerar alimento para um império tão vasto e ao mesmo tempo, ter acesso ao continente europeu. Geopoliticamente, desde o Império Russo, sempre foi a intenção do último possuir um “porto de mar quente”, isto é, navegável em todas as estações do ano e capaz de abarcar toda a frota russa para o

Mediterrâneo. A única resposta para esse dilema perpassa pela Crimeia e especificamente, pelo Porto de Sebastopol. Na década de 1950, em um gesto simbólico de comemoração do 300º aniversário da integração da Ucrânia ao império russo, a região foi formalmente integrada ao território ucraniano, e com a queda da URSS em 1991, em tratado negociado entre ambas as partes, teve a base naval militar e frota em Sebastopol dividida entre os países (BBC News Brasil, 2022). Desta forma, verifica-se assim que a invasão em 2014 a península, com posterior anexação em plebiscito não referendado internacionalmente, nada mais passou de uma etapa inicial no âmbito maior russo de tomada total da Ucrânia, conforme registrado em 2022. Além disso, sua importância deve-se por fazer parte do imaginário russo enquanto Império (ver Anexo I, sobre a conceituação de Estado-nação, e Anexo II, sobre o papel da Ucrânia na formação da identidade russa).

Por fim, desde a dissolução da URSS em 1991, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, ou OTAN, que configura a aliança militar intergovernamental do Ocidente, apenas no período entre 1999 e 2004 incluiu 10 antigos membros do Pacto de Varsóvia (a então aliança militar antagônica liderada pela URSS), movendo-se cada vez mais perto da fronteira russa e limitando a esfera de influência russa na Europa Oriental. Assim, quando o então presidente ucraniano (pró-russo) Viktor Ianukovytsch, recusou-se a assinar acordo de cooperação com a União Europeia em 2013, inúmeros protestos irromperam na capital demandando sua saída do poder, e de igual forma, agitações separatistas pró-Rússia eclodiram na parte leste do país, a saber na Crimeia e Luhansk e Donetsk, na região de Donbass (BBC News Brasil, 2022). Uma vez derrubado Viktor Ianukovytsch do poder, e com o governo ucraniano movendo adiante os planos de adesão a União Europeia e OTAN, a Rússia reage com anexação ainda em 2014 da Crimeia e com a invasão total do país em 2022.

Em resumo, podemos verificar que a Ucrânia não configura apenas em mais um país, no xadrez geopolítico global, que costumava ser de influência russa e atualmente voltou-se ao lado antagônico, mas num país que é o coração da identidade histórica, étnica, religiosa e organizacional russa, sendo capaz de acarretar, com a contínua aproximação e expansão

ocidental já em suas fronteiras, no “ponto sem retorno” com relação ao que a Rússia entende ser um questão de soberania e defesa nacional, que ameaça gravemente a segurança do país, culminando na invasão total da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022.

2.2. Os impactos para os índices de preços globais de petróleo

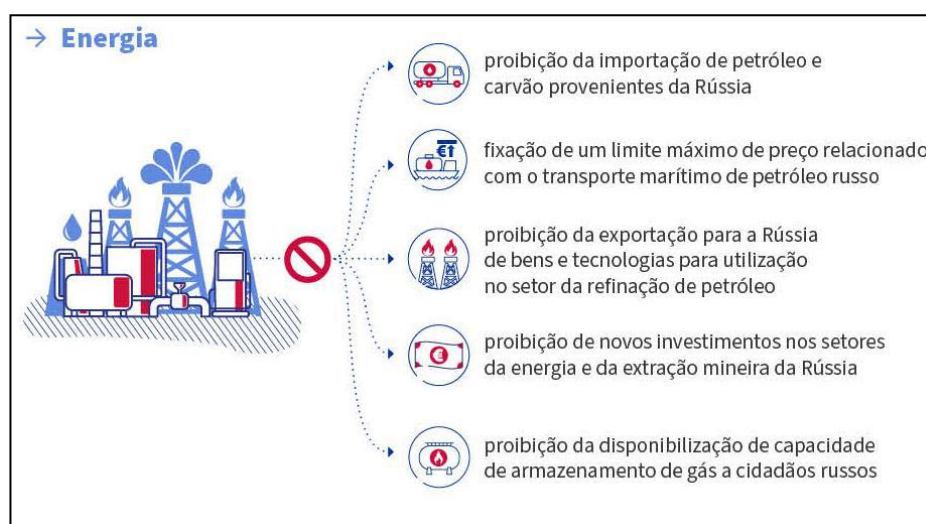
Uma vez contextualizado o conflito, podemos analisar os impactos da atual guerra na Ucrânia para os índices de preços globais de petróleo, de modo a verificar os padrões e/ou diferenças com os choques do petróleo ocorridos a partir da década de 70, momento de mudança de paradigma para preços da commodity em questão.

De imediato, a resposta ocidental, isto é, pelo bloco de países integrantes da OTAN, perpassou pela imposição de sanções econômicas ao país, mas descartando ação militar direta. Assim, a estratégia é asfixiar a economia russa, visando a capitulação por limitação da ação militar no longo prazo (estrangulando recursos e conseqüentemente a logística, levando o país ao menos de volta a mesa de negociações).

Do lado americano, centenas empresas, instituições de estado, políticos, empresários e até personalidades públicas foram embargadas, proibidos de acessar os EUA, comprar tecnologia, software e produtos americanos, bem como mais de 100 metais, minerais e produtos químicos russos sofrendo uma taxa de importação em até 270% (RODRIGUES, 2023), causando bilhões de dólares em custos adicionais à Rússia. Já do lado europeu, o Conselho Europeu (CE), desde a invasão total ao país em 24 de fevereiro de 2022, adotou *“dez pacotes de sanções contra a Rússia e a Bielorrússia. As sanções têm por objetivo enfraquecer a capacidade da Rússia para financiar a guerra e visam especificamente a elite política, militar e econômica responsável pela invasão”* (CE, 2023). Estes pacotes aplicam-se ao congelamento de bens de indivíduos e de entidades como os de Vladimir Putin; do Ministro de Relações Exteriores, Sergey Lavrov; membros da Duma Russa; Conselho de Segurança Nacional; Empresários e Oligarcas; Militares e Altos Funcionários; bancos e instituições financeiras; partidos políticos; e por fim, a totalidade de áreas como de finanças; transportes; energia; defesa; matéria prima; e serviços.

Especificamente ao setor de energia, objeto do presente estudo, as sanções perpassam pela proibição de importação de petróleo e carvão russos; na fixação de limite máximo de preço para transporte marítimo de petróleo russo; na proibição da exportação de bens e tecnologias para o refino de petróleo; de novos investimentos em petróleo e extração mineral na Rússia; e por fim, na proibição de disponibilização de capacidade de armazenamento de gás aos cidadãos russos, conforme infográfico abaixo: (CE, 2023).

Gráfico 04 – Sanções econômicas empreendidas pelo Conselho Europeu para o setor de energia russo



Fonte: (CE,2023)

Segundo o próprio Conselho Europeu, as sanções direcionadas ao setor de energia russo, em um primeiro momento, abrangeriam já quase 90% das importações europeias de petróleo russo até ao final de 2022, mirando reduzir significativamente os lucros comerciais do país. No entanto, foi adicionada cláusula de exclusão para as importações de petróleo bruto transportado por oleoduto para estados membros da UE, que, devido à sua localização geográfica, são particularmente dependentes do abastecimento russo, e sem alternativas viáveis.

Já com relação ao limite máximo do preço do petróleo, este “aplica-se ao petróleo bruto transportado por mar, aos óleos de petróleo e aos óleos obtidos a partir de minerais betuminosos originários ou exportados da Rússia” (CE, 2023), sendo o limite máximo de preço fixado em 60

dólares por barril, para o petróleo bruto; 45 dólares por barril, para produtos petrolíferos comercializados com desconto; e 100 dólares por barril, para produtos petrolíferos comercializados a prêmio.

Continua ainda o Conselho Europeu:

“Esta decisão limitará os aumentos de preços provocados por condições de mercado extraordinárias e reduzirá drasticamente as receitas que a Rússia tem vindo a obter com o petróleo desde que desencadeou a sua guerra ilegal de agressão contra a Ucrânia. Servirá igualmente para estabilizar os preços da energia a nível mundial, atenuando simultaneamente as consequências negativas para o aprovisionamento energético de países terceiros. O limite máximo vem juntar-se à proibição da importação pelo mar de petróleo bruto e de produtos petrolíferos russos imposta pela UE e às proibições análogas de outros parceiros do G7. A UE proibiu os navios da UE de transportarem petróleo bruto russo e produtos petrolíferos russos para países terceiros. Proibiu igualmente a correspondente prestação de assistência técnica, serviços de corretagem, financiamento e assistência financeira. Esta proibição não se aplica se o petróleo bruto ou os produtos petrolíferos forem comprados a preços iguais ou inferiores ao limite máximo do preço do petróleo”.

(CE, 2023)

Podemos verificar que a resposta Ocidental se deu através de inúmeras frentes econômicas, como matérias-primas, transporte, serviços etc., contudo, é inegável a importância do setor de energia para a economia mundial. A dados de 2022 (ALBUQUERQUE, 2022), a Rússia é o terceiro maior produtor de óleo e gás do planeta, competindo com a Arábia Saudita pelo segundo lugar. Assim, conforme explicitado pelo próprio Conselho, o limite máximo do preço do petróleo transportado via marítima servirá *“igualmente para estabilizar os preços da energia a nível mundial,*

atenuando simultaneamente as consequências negativas para o aprovisionamento energético de países terceiros”.

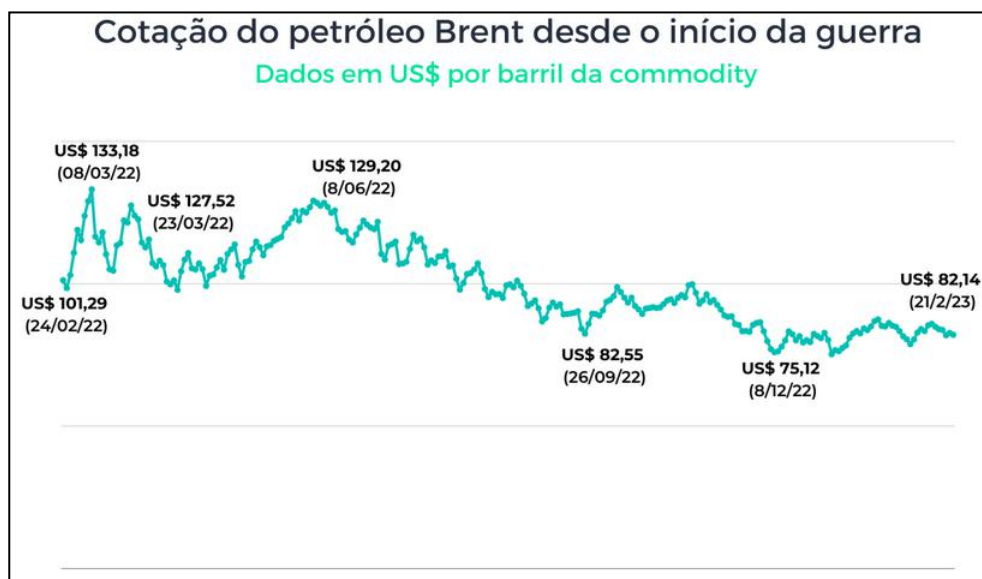
Gráfico 05 – Os 10 maiores produtores globais de petróleo, por barris por dia (bpd) em 2022

Maiores produtores de petróleo do mundo			
Posição	País	Barris por dia (bpd)	% do total
1	Estados Unidos	18.875.000	18%
2	Arábia Saudita	10.835.000	12%
3	Rússia	10.778.000	12%
4	Canadá	5.558.000	6%
5	China	4.993.000	4%
6	Iraque	4.149.000	4%
7	Emirados Árabes Unidos	3.786.000	4%
8	Brasil	3.689.000	4%
9	Irã	3.458.000	3%
10	Kuwait	2.717.000	3%

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA), 2022

Desta feita, é de se esperar que ao retirar, do lado da oferta, o 3º maior produtor global da commodity, os preços para o bem disparariam, conforme verificável no gráfico abaixo:

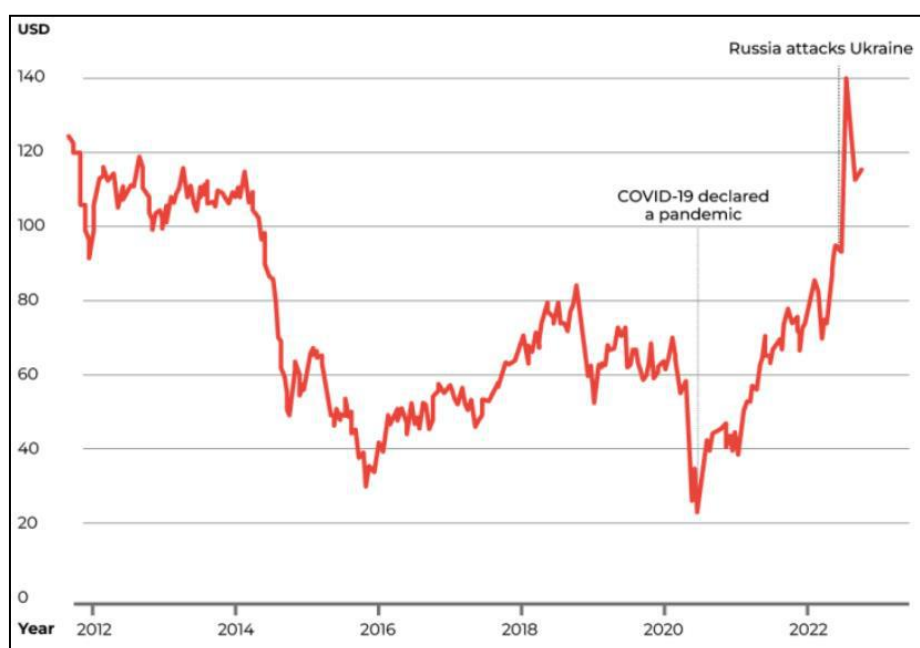
Gráfico 06 – Evolução do petróleo Brent desde o início da invasão russa



Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA), 2022

Com base no gráfico anterior (LUSTOSA, 2023) o aumento substancial a partir da declaração de guerra é verificável ao atingir o nível de preço de US\$ 133,18 por barril, aproximando-se de recordes de preço anteriores, e mais recentemente, a um equilíbrio de preço no patamar de US\$ 82 por barril. Contudo, o nível de US\$ 82 por barril é ainda superior aos níveis praticados do pré-guerra, conforme segue:

Gráfico 07 - Os preços do petróleo bruto aumentaram em 2021, à medida que a demanda global por petróleo bruto superou a oferta

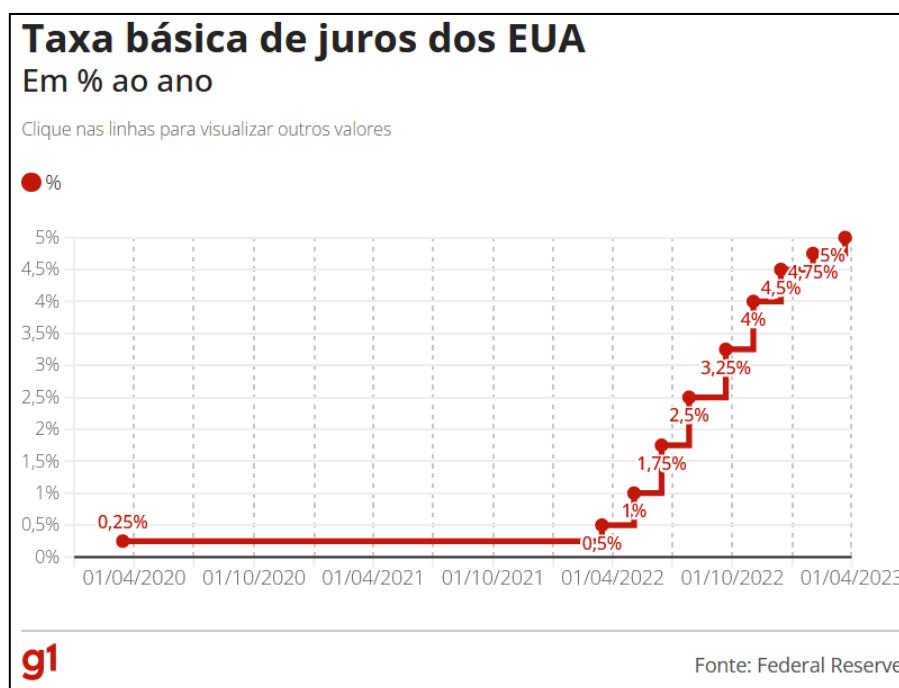


Fonte: BBC News, 2022

O gráfico imediatamente anterior (BBC News, 2022) demonstra o maior nível de preço praticado para o barril em 10 anos, e ainda, como a pandemia de COVID-19 derrubou os preços na parte da demanda, em virtude dos diversos “lockdowns” implementados ao redor do mundo e a subsequente redução da atividade econômica. Em resposta a este último, inúmeros pacotes compreendendo expansão fiscal e monetária de alívio foram apresentados pelos Bancos Centrais ao redor do globo (por meio de “*Quantitative easing*”), que foram bem-sucedidos em aliviar a recessão econômica, e já no segundo semestre de 2020, a União Europeia, EUA e China iniciaram um processo de reabertura gradual que culminou em altas taxas de crescimento já no ano de 2021.

Em conjunto, a rápida elevação no preço conjuntural do petróleo, os efeitos da crise do Covid-19 sobre a desorganização na rede de suprimento internacional, o crescimento da oferta de dinheiro decorrente do *quantitative easing* contribuíram para pressões inflacionárias observadas em inúmeros países. Como resultado, os Banco Centrais reagiram aumentando as taxas básicas de juros (conforme Gráfico 8), onde nos EUA, a título de exemplo, atualmente já se encontra na faixa referencial de 4,75% a 5% ao ano (CATTO, 2023), conforme abaixo:

Gráfico 08 – Evolução da taxa básica de juros nos Estados Unidos, no período entre 01/04/2020 e 01/04/2023 (03 anos)



Fonte: Retirado do portal G1 (CATTO, 2023)

Dado o panorama acima, podemos olhar para história, em especial aos choques do petróleo ocorridos a partir da década de 70 e aqui discutidos, de modo a verificar os padrões e/ou diferenças com o conflito atual na Ucrânia.

No cenário pré-choque do petróleo, os EUA, até então por si só um exportador líquido de petróleo, com o boom econômico do fim da segunda guerra, torna-se cada vez mais dependente do petróleo fornecido pelos países do Oriente Médio por meio da OPEP; já a Europa, através do Plano

Marshall de Reconstrução, se distancia do carvão disponível no continente para o uso do petróleo livremente fornecido pelos americanos, que por sua vez, também é fornecido pelos países árabes.

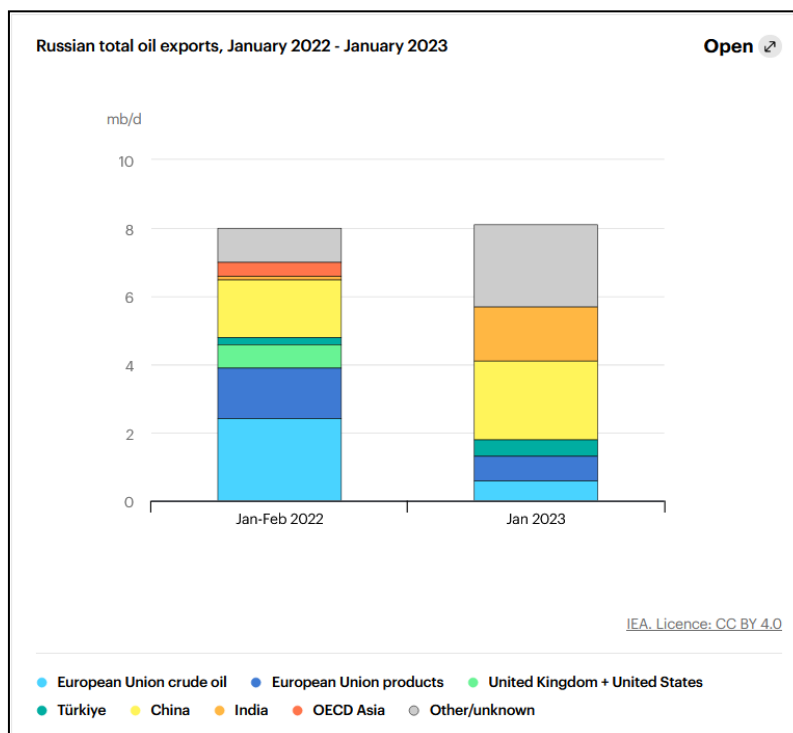
No quadro atual, os Estados Unidos, desde o último choque do petróleo, mudaram sua política energética de modo a substituir o petróleo importado pelo produzido domesticamente, através de programas de conservação energética e prospecção offshore, com destaque para o Golfo do México e Alasca. A Europa, de igual forma, procedeu com a substituição do petróleo estrangeiro por meio das descobertas dos campos no Mar do Norte/Báltico, contudo, não na mesma proporção que a americana, onde a Rússia em particular possui até hoje larga proporção no fornecimento de óleo e gás natural no continente, em virtude da proximidade geográfica e assim facilidade de entrega, valendo-se de inúmeros oleodutos e gasodutos. Assim, para a Europa, que afinal é o continente onde o conflito foi deflagrado, o cenário é muito similar ao da década de 70: dependência da commodity essencial para o funcionamento e crescimento da economia, por parte do partícipe antagonista.

Já com relação a resposta à eclosão do conflito armado, temos, em comparação a década de 70, diferenças e semelhanças com relação à guerra atual. Diferença, pois nos choques do petróleo, o Ocidente foi pego de surpresa pelo embargo de fornecimento pela OPEP; semelhança, pois o método escolhido (embargo) foi justamente o veículo igualmente eleito pelo Ocidente para punir e minar o esforço de guerra russo (pela dependência do Kremlin da commodity em sua pauta de exportações). Desta forma, a conjuntura atual é tal qual análoga a da década de 70: o petróleo torna-se novamente uma arma política, não por embargo de fornecimento como no passado, mas por meio de embargo de consumo, agora pelo Ocidente, em represália a invasão ilegal ao território ucraniano.

Conforme explicitado acima, com o embargo de consumo, os preços para o barril de petróleo explodem internacionalmente, e mesmo um ano após o início da invasão, se mantêm a um nível de preço maior que o anterior ao conflito. Desta forma, apesar da inevitável queda nas receitas com a saída dos EUA e principalmente da Europa como mercados consumidores, a Rússia, devido a este aumento de preços, conseguiu

manter o nível de produção e as exportações de seu petróleo apesar das sanções, reencaminhado estes especialmente pra China e Índia:

Gráfico 09 – Exportação de petróleo russo entre jan./2022 e jan./2023 (01 ano)



Fonte: dados da Agência Internacional de Energia (IEA, 2023)

No gráfico acima, é visível o rearranjo das exportações russas, do então maior mercado, a União Europeia, para agora os maiores parceiros comerciais individuais para a commodity, China e Índia. Ainda, verifica-se o aumento substancial das exportações para outros “países/desconhecidos”, que por si só não influenciariam, mas como é perceptível, no todo geram um aumento substancial. Já para fins de produção, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), em um ano após a invasão:

“(…) a produção de petróleo do país tem se mantido relativamente bem, apesar das sanções. Moscou redirecionou com sucesso as remessas de petróleo para a Ásia e os limites de preço do G7 estão ajudando a manter o petróleo fluindo. Em janeiro, sua produção total de petróleo foi de 11,2 mb/d. Em comparação, a produção

total de petróleo nos Estados Unidos foi de 18,3 mb/d, enquanto a Arábia Saudita bombeou 12,4 mb/d.”
(IEA, 2023)

Continua ainda a Agência Internacional de Energia (IEA):

“Mas, em um sinal de que a Rússia pode estar lutando para encontrar compradores para todos os seus barris, o vice-primeiro-ministro Alexander Novak disse no início de fevereiro que o país reduziria a produção em 500 kb/d em março, em vez de vender para aqueles que cumprem os limites de preço do G7. Mesmo que a oferta caia drasticamente, a Rússia continuará a desempenhar um papel descomunal nos mercados globais de petróleo, classificando-se como o terceiro maior produtor mundial, atrás dos Estados Unidos e da Arábia Saudita”.
(IEA, 2023)

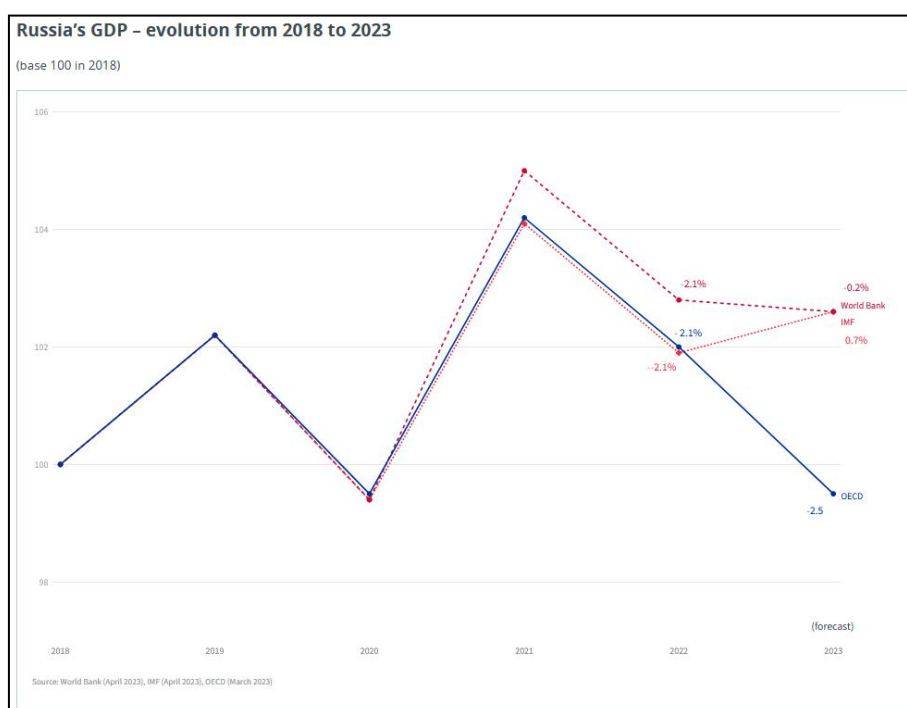
Analisadas as consequências das sanções para o setor energético russo (com foco para o petróleo), é necessário verificar os desdobramentos para a economia do país como um todo, de modo a determinar a eficácia destas medidas e conclusões.

Conforme explicitado anteriormente, a eclosão da guerra em fevereiro de 2022 culminou numa espécie de “tempestade perfeita” para o Ocidente, no sentido de alimentar as pressões inflacionárias do pós abertura econômica decorrentes da flexibilização quantitativa monetária durante a pandemia do COVID-19, onde com o aumento dos preços do barril de petróleo, o aumento dos custos de energia ao consumidor (da gasolina na bomba até aquecimento das casas) e para toda cadeia produtiva (desde transformar o petróleo em derivados e a logística de fretes) resultou na presente escala das taxas básicas de juros ao redor do mundo, bem como no arrefecimento da atividade econômica no mundo desenvolvido.

Já para a Rússia, objeto das sanções, apesar da retração econômica do imediato pós invasão, conforme infográfico do Conselho Europeu, as medidas de contenção da desvalorização do rublo adotadas pelo Banco

Central da Rússia, apesar dos 300 bilhões de euros de reservas do país congelados internacionalmente, até o momento vem sendo suficientes para não contaminar a “economia real”, ou seja, os cidadãos russos. Projeções do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram que “2022 foi um ano ruim para a economia russa. Estima-se que em 2022, o produto interno bruto (PIB) da Rússia caiu 2,1%.” Contudo, para 2023, os dados já divergem. Para a OCDE (pior cenário), prevê-se que o PIB russo caia 2,5%, ou 0,2% de acordo com o Banco Mundial. O interessante é que para o FMI é esperado um crescimento em 2023 de 0,7%, melhor que economias desenvolvidas não objeto de sanções, como o Reino Unido, com expectativa de recuo de 0,6% em 2023:

Gráfico 10 – Crescimento do PIB russo de 2018 a projeções para 2023, dentre os órgãos da OCDE, Banco Mundial e FMI



Fonte: (CE, 2023)

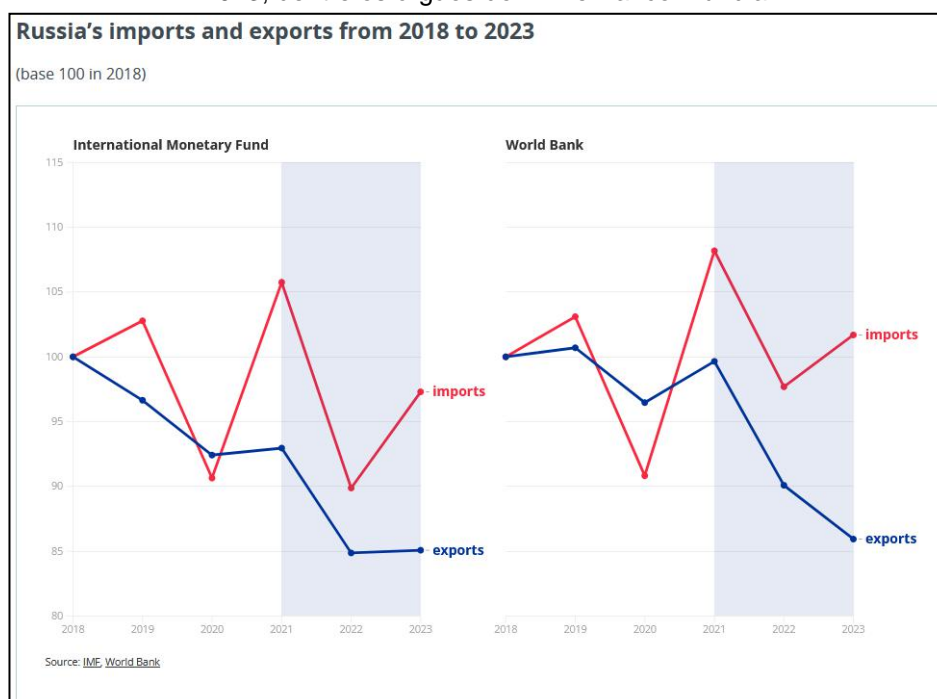
Com relação ao comércio exterior russo, este sofreu significativamente com as sanções econômicas, onde segundo o Conselho Europeu:

“números comprovam que as medidas restritivas estão dando resultado. Tanto o Banco Mundial quanto o FMI estimaram que, em 2022, o comércio de bens e serviços

da Rússia deve diminuir significativamente. Para 2023, as importações devem ser maiores do que em 2022, enquanto as exportações devem cair ainda mais de acordo com o Banco Mundial ou permanecer quase no mesmo nível de acordo com o FMI.”

(CE, 2023)

Gráfico 11 – Variações nas importações e exportações russas, de 2018 a projeções para 2023, dentre os órgãos do FMI e Banco Mundial



Fonte: (CE, 2023)

Conforme as informações do gráfico acima, segundo as estimativas do FMI, em 2022, as importações da Rússia caíram 15,01% (em comparação com 2021), enquanto as exportações diminuíram 8,7%. Já para 2023, projeta-se que as importações crescerão 8,25% (em relação a 2022), enquanto as exportações sofrerão um aumento de 0,24%. Para o Banco Mundial, as importações da Rússia em 2022 caíram 9,7% (em comparação com 2021) e as exportações encolheram 9,6%. Em 2023, estima-se que as importações crescerão 4,1% (em relação a 2022), enquanto as exportações cairão 4,6%.

Por fim, mas não menos importante, semelhantemente aos choques de preço do petróleo da segunda metade do século passado, a segurança

energética volta a pauta, com destaque para a transição da dependência de combustíveis fósseis para energia limpa e renovável. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), temos o seguinte cenário em um ano após a invasão russa:

“One year on from Russia’s invasion of Ukraine, the global energy landscape has changed dramatically. Regions around the world have experienced soaring prices that have hit consumers hard, all against a geopolitical backdrop with energy security at its heart. What’s more, the world’s dependence on fossil fuel consumption, including the price and resource volatility that entails, has come into sharp focus. The economic disruption caused by the war in Ukraine has amplified calls for an accelerated energy transition. A shift that would move countries away from highly polluting fuels, often supplied by only a handful of major producers, to sources of low carbon energy such as renewables and nuclear (...).”

(IEA, 2023)

Continua ainda a Agência:

“High inflation and supply chain disruptions, resulting from the conflict and compounded by the fallout of the COVID-19 pandemic, have also shone a light on the risk of over-reliance on highly concentrated manufacturing and critical minerals. The culmination of these factors has led to sweeping government interventions to protect consumers and shield industry from spiralling energy and technology costs. Many countries and regions are now looking at how they can leverage policy to fast track a clean energy transition alongside economic recovery and avoid repeating past mistakes.”

(IEA, 2023)

Nos trechos acima, podemos verificar que principalmente a interdependência energética Europa X Rússia foi posta em xeque (em virtude do panorama geopolítico decorrente do conflito), tendo o Ocidente focado na segurança energética de sua população e indústrias, onde de igual forma aos choques de petróleo do século XX, culminou em um movimento de procura a alternativas energéticas (renováveis e nucleares) aos combustíveis fósseis, vislumbrando alcançar o objetivo final de controle energético nacional. Mais do que nunca, independência energética significa não depender de um seleto grupo de países produtores, muitas vezes beligerantes (como é o caso), e assim da consequente volatilidade de preço e disponibilização da commodity globalmente.

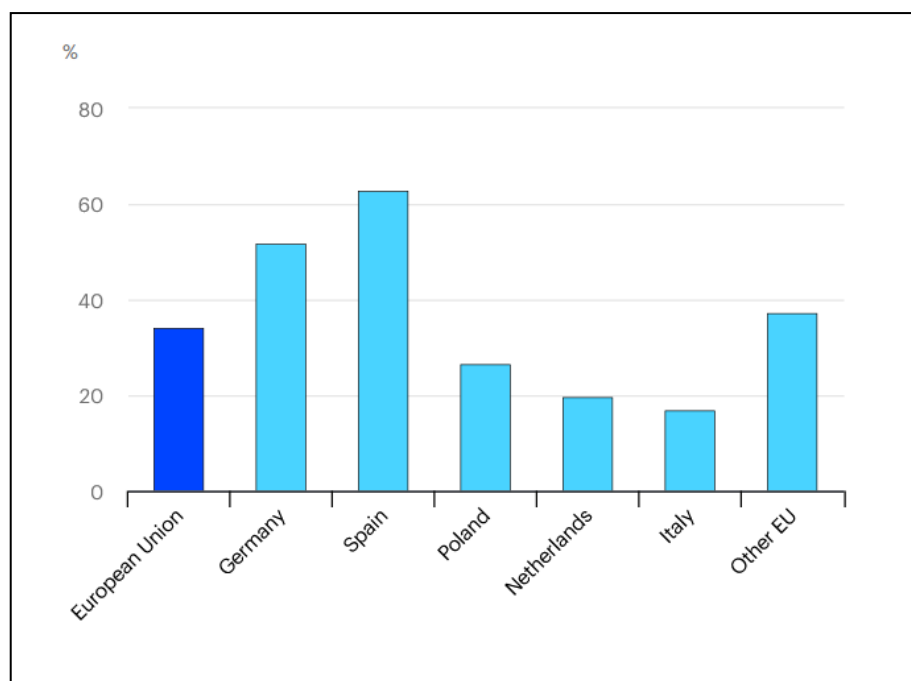
Ainda, especificamente com relação a indústria ocidental, com a alta inflacionária e as interrupções na cadeia de suprimentos, resultantes da pandemia do COVID-19 e agravadas pela guerra, trouxeram novamente preocupações da dependência externa de fornecimento de insumos concentrada igualmente em poucos países, levando a ações governamentais de modo a proteger a indústria dos custos crescentes de energia e tecnologia. Desta forma, a transição energética acelerada no Ocidente tem como pano de fundo atualmente a não repetição dos erros do passado, nomeadamente, de dependência externa.

Assim, aliado as preocupações já existentes de mudanças climáticas, a segurança do abastecimento energético surge como um forte incentivo adicional para acelerar o uso de energia renovável. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), o *“plano REPowerEU da Comissão Europeia, divulgado em maio de 2022, propôs acabar com a dependência do bloco em relação aos combustíveis fósseis russos até 2027. Entre outros objetivos, o plano visa aumentar a participação das energias renováveis no consumo final de energia para 45% até 2030, superando a meta de 40% anteriormente em negociação.”* Continua ainda a Agência, a *“previsão (...) para o crescimento na União Europeia (do uso de energias renováveis) foi significativamente revisada para cima (em mais de 30%) em relação à estimativa do ano passado, liderada pela Alemanha (55% a mais) e Espanha (65% a mais). A Alemanha aumentou as metas de eletricidade renovável, introduziu maiores volumes de leilões e melhorou a*

remuneração para energia solar distribuída, ao mesmo tempo em que reduziu os prazos de licenciamento. A Espanha simplificou o licenciamento para usinas de energia solar e eólica e aumentou a capacidade da rede para novos projetos de energia renovável”.

Abaixo, podemos verificar, conforme gráfico da Agência Internacional de Energia (IEA), do aumento e conseqüentemente das posteriores revisões da capacidade de energia renovável na União Europeia, com base nos novos planos de aceleração de seu uso:

Gráfico 12 – Revisões das previsões de capacidade de energia renovável para a União Europeia e países selecionados, de dezembro de 2021 a dezembro de 2022



Fonte: (IEA, 2023)

Considerações Finais

A análise do contexto histórico dos choques nos preços do petróleo e seus impactos na economia global proporciona insights valiosos para compreender as possíveis conseqüências do atual conflito na Ucrânia nos preços globais do petróleo. Os choques nos preços do petróleo da década

de 1970, desencadeados por eventos políticos no Oriente Médio e ações estratégicas de nações produtoras de petróleo, resultaram em perturbações significativas na cadeia de suprimentos global e tiveram repercussões econômicas, geopolíticas e ambientais de longo alcance.

Nesse sentido, embargo petrolífero imposto pelos países da OPEP em resposta à Guerra do Yom Kippur em 1973 e à Revolução Iraniana em 1979 alteraram fundamentalmente a dinâmica do cenário energético global. Esses choques expuseram as vulnerabilidades das economias dependentes de petróleo, causando recessões, inflação e quedas econômicas globalmente.

Como a famosa citação de Burke nos lembra, compreender a história é essencial para evitar repetir erros do passado. Os choques nos preços do petróleo do passado enfatizam a importância da segurança energética. Embora os detalhes de cada situação possam ser diferentes, os princípios gerais de interdependência, diplomacia e soluções energéticas sustentáveis permanecem cruciais para navegar no complexo cenário da geopolítica energética.

Na ocasião recente, as sanções ocidentais, direcionadas ao setor energético da Rússia com o intuito de reduzir seu acesso aos mercados internacionais, reconfiguraram a dinâmica energética global. A Rússia, como importante produtora de petróleo e gás, adaptou-se redirecionando suas exportações para mercados asiáticos em crescimento, principalmente China e Índia. Embora a economia russa tenha enfrentado inicialmente desafios devido a essas sanções, sua capacidade de manter os níveis de produção de petróleo e garantir mercados alternativos mitigou os efeitos negativos até certo ponto.

Do ponto de vista internacional, o atual conflito na Ucrânia teve impactos significativos nos preços globais do petróleo e na dinâmica energética, revelando padrões e diferenças em comparação com os choques do petróleo do passado. A resposta do Ocidente ao conflito, envolvendo sanções econômicas à Rússia, principalmente no setor energético, causou interrupções na cadeia de suprimentos, resultando em aumentos vertiginosos nos preços do petróleo. Esses aumentos de preço alimentaram pressões inflacionárias em todo o mundo, contribuindo para

um aumento nas taxas de juros e afetando o crescimento econômico nos países desenvolvidos.

Além disso, o conflito ressaltou a importância da segurança energética para países fortemente dependentes de fontes externas de energia, como a União Europeia. Como demonstrado pelas iniciativas da União Europeia para acelerar a transição para energia renovável, a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis de fornecedores potencialmente hostis tornou-se uma prioridade. O conflito motivou os países a investir em fontes de energia renovável domésticas, aprimorando assim a independência energética e reduzindo a exposição a riscos geopolíticos.

As lições das crises petrolíferas passadas servem como um lembrete da complexa interação entre geopolítica, segurança energética e estabilidade econômica. A perturbação causada por conflitos e as flutuações resultantes nos preços enfatizam a necessidade de os países reduzirem sua dependência de recursos finitos e geopoliticamente sensíveis. Isso destaca a importância de investir em fontes de energia alternativas, promover eficiência energética e estimular a cooperação internacional para garantir um futuro energético estável e sustentável.

Assim, diante dos desafios globais atuais, como o conflito contínuo na Ucrânia e a necessidade de enfrentar as mudanças climáticas, o contexto histórico fornecido por esses choques petrolíferos passados nos lembra da necessidade de visão de futuro, adaptabilidade e abordagem abrangente para a segurança energética. Ao aprender com a história e buscar a diversificação energética, tecnologias mais limpas e colaboração internacional, podemos trabalhar rumo a um sistema energético global mais resiliente e sustentável, menos suscetível aos choques do tumulto geopolítico.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Dominic. **Os 10 maiores produtores de petróleo do mundo.** SoCientífica. 2022 Disponível em: <https://sociologica.com.br/maiores-produtores-de-petroleo-do-mundo/#>

American Oil & Gas Historical Society. **Confederates attack Oilfield.** 2003. Disponível em: <https://aoghs.org/petroleum-in-war/confederates-attack-oilfield/>.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América.** Globo Livros, 2005.

BBC News Brasil. Internacional. **Invasão da Ucrânia: o que Putin quer com a ofensiva russa?.** 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60514952>

BBC News Brasil. Internacional. **Por que a invasão da Crimeia em 2014 é relevante agora.** 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60570951>

BBC News Brasil. **O plano de Putin para ficar até 2036 no comando da Rússia.** 2023 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51825900>

BBC News Business. **The Impacts of Russian-Ukrainian War on the Global Economy.** 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-60610537>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nação, Estado e Estado-Nação:** Notas do Texto para Discussão, EESP/FGV, 2006

CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos Trinta Anos.** In: MAGNOLI, Demétrio (org.) História das Guerras. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada (CEPA) da Universidade de São Paulo (USP). **1-História do Petróleo.** 1999. Disponível em: <http://cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo1A/historia.html>

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada (CEPA) da Universidade de São Paulo (USP). **16-Petróleo no Brasil.** 1999. Disponível em: <http://cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo1A/historia.html>

CHESNEAUX, Jean J. **Modernidade mundo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1995

CHINAGLIA, Pedro Henrique; VIANA Waleska Cariola. **Estado Westfaliano versos Estado-Nação e seus reflexos nas Colônias da América Latina.** Universidade de São Paulo - USP. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América-Latina, 2016

CLAWSON, Patrick; RUBIN, Michael. **Eternal Iran.** Palgrave MacMillan, 2005.

Conselho Europeu, Infografia. **Impacto das sanções na economia russa.** 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/impact-sanctions-russian-economy/>

Conselho Europeu, Temas. **Guerra da Rússia contra a Ucrânia: Infografia Sanções da UE em resposta à invasão da Ucrânia pela Rússia**. 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-sanctions-russia-ukraine-invasion/>

Conselho Europeu, Temas. **Guerra da Rússia contra a Ucrânia: Sanções da UE contra a Rússia explicadas**. 2023 Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/eu-sanctions-russia-ukraine-invasion/>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. End of the War, 1945**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. The Marshall Plan, 1948**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. Addressing Oil Insecurity, 1920**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. The Red Line Agreement, 1928**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. The U.S.-Iran Oil Consortium, 1954**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. The Creation of OPEC, 1960**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. The Iranian Revolution, 1978-1979**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. Iran-Iraq War, 1980**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. Focus on Offshore Drilling, 1981-1983**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. Exxon Valdez Oil Spill, 1989**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Council on Foreign Relation. **Oil Dependence and U.S. Foreign Policy, 1850-2022. Kyoto Protocol, 1997**. 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>

Estadão. Acervo de Notícias. **Alta do petróleo fez País viver crise nos anos1970,** 1973 Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,alta-do-petroleo-fez-pais-viver-crise-nos-anos-1970,10618,0.htm>

Exame. **Reino Unido será única economia do G7 a entrar em recessão em 2023, e Rússia vai voltar a crescer.** 2023 Disponível em: <https://exame.com/economia/reino-unido-sera-unica-economia-do-g7-a-entrar-em-recessao-em-2023-e-russia-vai-voltar-a-crescer/>

FERNANDO RODRIGUES Internacional. **Estados Unidos e G7 determinam novas sanções à Rússia.** 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/estados-unidos-e-g7-determinam-novas-sancoes-a-russia/>

G1. Economia. **Fed sobe os juros dos EUA em 0,25 ponto percentual.** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/22/fed-sobe-os-juros-dos-eua.ghtml>

GARAVINI, Giuliano. **The Rise and Fall of OPEC in the Twentieth Century**, 2016

GIAMBIAGI et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

HOBBS, Thomas; **Leviatã**, São Paulo; Abril S.A Cultural e Industria, 1974.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 1ª edição, Companhia das Letras, 1995

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Petróleo: da crise aos carros flex**. Revista Desafios do Desenvolvimento, Ano 7, Edição 59, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23

International Energy Agency - IEA. **Russia's War on Ukraine - Analyzing the impacts of Russia's invasion of Ukraine on global energy markets and international energy security.** 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/topics/russias-war-on-ukraine>

LEACOCK, Elspeth. **The Exxon Valdez Oil Spill**. 1ª edição americana, Facts on File, 2005.

LUCCHESI, Celso Fernando. **Petróleo - Estudos Avançados 12 (33)**, Revistas USP. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/9403/10971>

LUSTOSA, Gustavo. **Um ano de guerra na Ucrânia: como o petróleo se portou nos últimos 12 meses?**. Agência TradeMap Disponível em: <https://trademap.com.br/agencia/mercados/um-ano-de-guerra-na-ucrania-como-o-petroleo-se-portou-nos-ultimos-12-meses>

Mello, Leonel. **John Locke e o individualismo liberal**. In: **Francisco C. Weffort. Os Clássicos da Política - Volume 1**, 12ª edição Editora Ática, 1999.

NAZARO, Newton. **Burguesia se une ao rei e forma o Estado-nação. As corporações de ofício**. 2010. UOL, Acervo de História Geral. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/estados-nacionais-burguesia-se-une-ao-rei-e-forma-o-estado-nacao.htm>

NAZARO, Newton. **Estados nacionais - Burguesia se une ao rei e forma o Estado-nação. A Inovação tecnológica e excedente agrícola**. 2010. UOL, Acervo de História Geral Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/estados-nacionais-burguesia-se-une-ao-rei-e-forma-o-estado-nacao.htm>

Refinitiv News. **Guerra no “celeiro do mundo” gera temor de escassez global de alimentos**. 2023. Disponível em: <https://www.refinitiv.com/pt/blog/trading/guerra-no-celeiro-do-mundo-gera-temor-de-escassez-global-de-alimentos/>

ROESNER, Nicolle. **A formação da Identidade Nacional Russa**. Revista Relações Internacionais, Artigo de 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/a-formacao-da-identidade-nacional-russa/#_ftn2

SANTOS VIEIRA DE JESUS, Diego. **O baile do monstro: o mito da paz de Vestfália na história das relações internacionais modernas**. Revista História. Edição 29, São Paulo - UNESP, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/WDXTr3jpbCMBqLVj3WQYJxG/?lang=pt>

SEGRILLO, Angelo. **Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens**. Projeto História, n. 41, 2010.

SEGRILLO, Angelo. **Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens**. Projeto História, 2010.

STEFANIAK, Jeaneth Nunes. **Propriedade e função social: perspectivas do ordenamento jurídico e do MST**. p.44. Ponta Grossa: UEPG, 2003.

U.S. Department of Energy Office of Scientific and Technical Information. **Annual Energy Review 2011**. 2012 Disponível em: <https://www.eia.gov/totalenergy/data/annual/archive/038411.pdf>

WOOD, Ellen. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.33, 2001.

Anexo I – Definição de Estado e Estado-nação

O presente anexo trata da importância da Ucrânia na formação do imaginário identitário russo, como forma auxiliar na compreensão dos motivos que levaram à mais nova ofensiva em território europeu desde a década de 90.

Preliminarmente, devemos conceituar “Estado” e “Estado-Nação”. O Estado, enquanto instituição, encontra-se presente desde a antiguidade, das cidades-estado gregas ao império romano, como forma de organização da sociedade humana. Nos séculos XVII e XVIII, os filósofos contratualistas (como virão a ser chamados), propõem-se a estruturar o processo de formação do mesmo, sendo o contratualismo inaugurado como conceito na obra “Leviatã” (ou Matéria, Palavra e Poder de um Governo Eclesiástico e Civil), de 1651, por Thomas Hobbes. Para Hobbes, “o homem é o lobo do homem”, vivendo em um “estado de natureza”, ou seja, um período pré-estatal, caracterizado pela “Bellum omnium contra omnes” ou “eterna luta de todos contra todos” (HOBBS, 2014, pp. 299–311), devido a limitação dos recursos disponíveis e a natureza egoísta da humanidade, onde em decorrência desta “Lei da Natureza” que coloca todos em absoluta igualdade de direitos, nasceria também a condição de perpétuo conflito, sem uma força terceira capaz de sanar tal situação.

Uma vez que no estado de natureza, em virtude da finitude de recursos disponíveis, a troca surgisse como possível alternativa, a falta de um agente garantidor de que esta troca fosse cumprida por ambas as partes (para Hobbes, qualquer sociedade baseia-se em contratos, uma vez que para uma simples troca como a aqui exemplificada faz-se necessário ter um contrato), ao mínimo sinal de desconfiança, estaria anulado automaticamente tal acordo, uma vez que, novamente, é imprescindível um agente externo, terceiro e imparcial, de modo a assegurar o pacto e estabelecer garantias para ambas as partes. Assim, para que tal condição seja atingida, faz-se premente que o indivíduo renunciasse (HOBBS, 1974, p. 88) a sua liberdade total e transferisse assim parte de seus direitos para o Estado, que por meio do uso da força, obrigasse o cumprimento dos contratos pelos indivíduos, e assim, trouxesse ao fim o estado de natureza e a por consequência, a emergência de uma sociedade civil.

Assim, segundo Hobbes:

”Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens.”

(HOBBS, 1974, p. 111)

Verifica-se no trecho acima que Hobbes determina que o Estado poderá ser instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua que “*a qualquer homem ou assembleia de homens*” a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles, extinguindo o estado de natureza e constituindo a sociedade civil. Apesar de designar a opção de assembleia de homens, Hobbes não acredita nesta última opção. Para o autor, apenas um governo monárquico absoluto seria forte o suficiente para pôr fim a luta de todos contra todos, daí advindo a utilização da figura do Leviatã, monstro marinho bíblico irrefreável e na mesma medida que acreditava que o Estado devia ser, forte e insuperável, de modo a garantir a proteção de todos seus cidadãos. Escrito durante a Guerra Civil Inglesa, as exigências do parlamento contra o monarca absolutista Carlos I, que traziam restrições ao poder real, é para Hobbes justamente o retorno ao tão temido estado de natureza entre os homens.

Já o filósofo John Locke, pai do liberalismo político e de igual forma contratualista, parte dos mesmos pressupostos de Hobbes, contudo derivando conclusões completamente diferentes. Para Locke, em sua obra “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, de 1681, o estado de natureza não é necessariamente um cenário de conflito eterno, onde a paz só seria quebrada na situação (idêntica a Hobbes) de contendas sem resolução,

pela falta de um agente terceiro imparcial capaz de dirimi-las (LOCKE, 1681). Assim, o Estado e a sociedade civil teriam como principais funções a garantia da segurança jurídica; dos direitos individuais; e da defesa da propriedade privada dos indivíduos. Neste diapasão, é importante salientar o que Locke considera como propriedade privada. Apesar de ser considerado um precursor do que seria mais a frente conceitualizado como liberalismo econômico por Adam Smith, Locke entende que a propriedade é um direito natural de todo o indivíduo no sentido de que, dado seu direito a sobrevivência, tudo aquilo retirado da natureza que houver dispêndio de trabalho, é automaticamente apropriado a este último, e desta forma, agora pertencente ao indivíduo (STEFANIAK, 2003, p.44). Assim, trabalho e propriedade andam juntos, sendo o primeiro a base conceitual para a caracterização do segundo.

Conterrâneo do mesmo período histórico da Guerra Civil Inglesa, ao contrário de Hobbes, não defende um Estado monstruoso que não se pode contestar. Para Hobbes, a volta ao estado de natureza (guerra civil) é devido a contestação do poder real, ungido por Deus, por parte do parlamento inglês; Para Locke, a volta ao estado de natureza decorre da exacerbação do poder real sob os indivíduos, deslocando-se de sua esfera de atuação, que para Locke deve ser restrita e se ater a manutenção do arcabouço legal e regulatório que é a instituição estatal. Caso extrapolada sua limitação determinada no contrato social, ou seja, não garantindo a propriedade privada, as liberdades individuais e a segurança jurídica, e/ou ainda, agindo de má fé, é justo que os indivíduos se rebelem contra o governante, uma vez que o consentimento foi quebrado e o contrato foi assim anulado pelo mesmo. Neste ponto, Locke advoga ainda pela divisão de poder entre o executivo e legislativo, com predominância do último, de modo a manter o braço executivo em xeque (MELLO, 1999, pp.81-89).

O modelo defendido por Locke será posteriormente aperfeiçoado pelo filósofo iluminista do século XVIII Montesquieu, que fundará o sistema tripartite dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) vigente até os dias de hoje, inclusive no ordenamento pátrio de 1988.

Podemos verificar assim as principais atribuições do Estado, segundo os contratualistas, para com a sociedade civil: a garantia da segurança

jurídica; dos direitos individuais; e da defesa da propriedade privada dos indivíduos, onde na evolução do modelo proposto por Locke de controle do poder executivo, na emergência do Sistema de Freios e Contrapesos ou Sistema Tripartite dos Poderes de Montesquieu, onde os três braços do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) fiscalizam-se entre si, prevenindo um controle indevido por parte do Estado, como um todo, perante a seus governados.

No âmbito externo, o marco histórico no estudo das Relações Internacionais com relação a organização estatal fora de suas fronteiras, isto é, com os demais atores do sistema global, perpassou pela “Paz de Westfália”, que compreendeu em uma série de tratados que trouxeram o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) no Sacro Império Romano-Germânico. Motivada por questões religiosas, nomeadamente pela ingerência do Imperador em impor a religião católica em seus domínios, que passavam pela Reforma Protestante, evolui em um conflito com diversas outras potências envolvidas, onde destacam-se a França contra a Espanha e o próprio Sacro Império, na disputa entre si pela hegemonia no continente europeu. Como consequência da Guerra, inauguram-se os princípios basilares do sistema internacional de estados, presentes até a atualidade, que se fundamentam na soberania territorial; na não-interferência na política doméstica dos demais Estados; na tolerância entre unidades políticas dotadas de direitos e obrigações iguais; e no “*Pacta Sunt Servanda*”, referente ao respeito pelos compromissos adotados internacionalmente (CARNEIRO, 2006, pp. 184-187).

Desta forma, constitui-se o Estado como autoridade legítima e soberana sob determinado território, independente de forças externas, como o papado (religiosas) por exemplo. Ainda, inaugura-se a primazia do direito internacional, por meio de pactos recíprocos entre os respectivos estados-membros; com a redução da ingerência do papa com relação aos ditames internos dos Estados, poder religioso é colocado de lado e suplantado pela “Razão de Estado”, ou seja, na defesa do interesse estatal independente de denominações religiosas (com o expoente deste pensamento sendo materializado na figura do Cardeal Richelieu, que financia revolta protestantes em domínios espanhóis e do Sacro-Império -

católicos - que disputavam com a França - igualmente católica – a hegemonia na Europa):

“Vestfália permitiu a constituição da sociedade internacional, com normas mutuamente acordadas que definem os detentores de autoridade e suas prerrogativas, sendo o Estado moderno essa autoridade detentora de soberania. O sistema de Estados soberanos exigia instituições estatais dentro das fronteiras e o desaparecimento de autoridades que interferissem de fora, para que a autoridade suprema vigorasse dentro do território e tivesse independência política e integridade territorial. Tal autoridade conota legitimidade - aqui entendida como o direito de controlar instituições e poderes - e territorialidade, num momento em que as pessoas governadas pelos detentores de soberania são definidas pela locação dentro das fronteiras, não por relações familiares ou por crença religiosa.”

(SANTOS VIEIRA DE JESUS, 2010)

Em resumo, com a “Paz de Westfália”, temos a emergência de uma nova ordem mundial, composta de membros soberanos de seus respectivos territórios e em equilíbrio (balança de poder anti-hegemônica), baseado em compromissos multilaterais pautados pelo direito internacional e pela razão de estado, realizados por um corpo diplomático profissional e perene.

Conceituado o “Estado”, é necessário diferenciar o mesmo do moderno e vigente modelo de “Estado-Nação”. O Estado-Nação presente na conjuntura contemporânea representa a evolução final do estado absolutista que surgiu ao longo de um processo de consolidação de poder após a queda do Império Romano do Ocidente (com sede em Roma), período este denominado de “Idade Média” e tendo como principal forma de organização da sociedade o modelo conhecido como “Feudalismo”. Com as invasões germânicas ou “bárbaras” ao território então romano, o poder imperial central romano é esfacelado, deixando no lugar diversos

pequenos núcleos de poder por toda a Europa. O Sacro Império Romano-Germânico, numa tentativa de manutenção da unidade territorial, autointitula-se herdeiro do Império Romano, contudo seus imperadores pouco alcançam no quesito de coesão territorial, tendo os Príncipes, Duques e Condes do Sacro Império plenos poderes de mando sob seus respectivos territórios, contudo, ainda mantendo a relação de vassalagem, ou seja, de submissão e reconhecimento de seu suserano, ou superior, servindo este último tanto no quesito cerimonial quanto de proteção em caso de ameaça externa (BASCHET, 2005, pp. 165-166).

O único herdeiro de fato do Império Romano do Ocidente foi a Igreja Católica Apostólica Romana, que conseguiu impor a cristandade sem maiores percalços por toda a Europa, apagando qualquer vestígio remanescente de antigos paganismos politeístas. Ao controlar todo o saber erudito, também determinava quem o poderia acessar, não obstante, composto apenas da nobreza que ela própria era parte. Nesta simbiose entre religião e estado, onde o líder deste último somente era legítimo uma vez ungido e assim, escolhido por Deus para governar, é responsável pela duradoura extensão do período feudal na história, que não por coincidência, culmina na época de maior influência e importância da Igreja Católica no continente europeu, alcançando o poder tanto espiritual quanto material (BASCHET, 2005, pp. 132-143). Para a emergência do Estado-Nação, será necessário desvincular tal elo de ligação.

É imprescindível mencionar que a emergência do Estado-Nação está intimamente ligada a ascensão do sistema capitalista, ainda em que seu estado embrionário. Com as inovações tecnológicas de rotatividade do plantio e da mudança no sistema de tração dos arados para comportar cavalos, ao invés de bois, uma vez retiradas as quotas de subsistência do camponês e aquelas destinada ao senhor feudal, estas resultam em um excedente agrícola que passa a ser comercializado nas feiras localizadas no entorno do feudo, ou reativando antigos centros urbanos presentes desde os tempos romanos (NAZARO, 2010).

Com essa aglutinação de bens e serviços ao redor das cidades, ou burgos, surge uma estratificação social entre a nobreza e o campesinato que veio a ser conhecida como “burguesia”, compreendida de artesãos e

homens livres dedicados ao comércio, criando assim a antítese (na visão materialista histórica de Marx) que viria futuramente a ruir com o sistema feudal vigente. Com o referido renascimento comercial, fica de igual forma explícito os diversos entraves para a circulação de mercadorias, a saber a proliferação de moedas diferentes, uma vez que cada feudo possuía o direito de cunhagem em seu respectivo território; insegurança jurídica, sem uma base legal uniforme que estimulasse as atividades econômicas; excesso de tributação por parte dos nobres, a nível de cobrança de pedágio para passagem por suas terras etc.

Assim, a Burguesia se volta para a figura diluída do Rei (devido as relações de suserania e vassalagem), contudo, legítima, para centralização de poder e território em torno do mesmo, objetivando um governo único e estável sob uma vasta extensão territorial, trazendo uniformidade administrativa; um conjunto de leis que trouxesse não só segurança jurídica, mas incentivasse as atividades econômicas; e um sistema tributário que unificasse os inúmeros tributos e taxas cobrados. Assim, o Estado monárquico absolutista oferece inicialmente diversas vantagens para a Burguesia, fazendo frente as demandas da classe com a criação de uma máquina pública e um aparato burocrático perene; um exército a nível nacional e profissional; e uma estrutura jurídica unificada, incluindo a cobrança de impostos, contudo, mantendo a nobreza no topo da pirâmide social (NAZARO, 2010).

Bresser-Pereira define com clareza os conceitos de “Estado” e “Estado-Nação”, segundo sua ótica:

“(…) Em cada estado-nação ou estado nacional existe uma nação ou uma sociedade civil, um estado, e um território. Tanto a nação quanto a sociedade civil são a sociedade politicamente organizada, a sociedade enquanto agente político dotado de crenças e valores. A nação é a sociedade que compartilha um destino comum e logra ou tem condições de dotar-se de um estado tendo como principais objetivos a segurança ou autonomia nacional e o desenvolvimento econômico; já a sociedade civil é a

sociedade politicamente organizada que se motiva principalmente pela garantia dos direitos civis e dos direitos sociais. O estado, por sua vez, é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante; é a organização ou aparelho formado de políticos e burocratas e militares que tem o poder de legislar e tributar, e a própria ordem jurídica que é fruto dessa atividade. Finalmente, o estado-nação é a unidade político-territorial soberana formada por uma nação, um estado e um território. Dessa forma, embora seja comum falar-se em estado como sinônimo de estado-nação, estamos distinguindo os dois termos. O estado tem uma dupla natureza: é ao mesmo tempo uma instituição organizacional – a entidade com capacidade de legislar e tributar uma determinada sociedade –, e uma instituição normativa – a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal”.

(BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 3)

Continua ainda Bresser-Pereira:

“Podemos, entretanto, definir o estado não pelo que ele é, mas pelo que faz. Nessa perspectiva, o estado é a instituição abrangente que a nação usa para promover seus objetivos políticos, ou, em outras palavras, é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação ou da sociedade civil”.

(BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 3)

Com base nos trechos acima, chegamos ao principal ponto conceitual entre “Estado” e “Estado-Nação”. Apesar deste processo de concentração territorial estatal absolutista ter como base uma “Nação”, ou seja, um grupo étnico homogêneo, que divide língua, história, cultura, costumes, religião e tradições comuns, a falta de representatividade experimentada pela Burguesia e Campesinato, que sustentavam uma Nobreza não pagadora de impostos, em uma sociedade com crescente importância das atividades econômicas como centrais na estrutura estatal (decorrente de eventos

como a reabertura do comércio com o Oriente pelas Cruzadas e o Renascimento cultural, científico, filosófico e artístico da Antiguidade Clássica, que atingem seu clímax no movimento Iluminista do século XVIII) culminam na “Era das Revoluções” experimentada entre 1789-1848, onde podemos arguir que passaram, na ótica contratualista defendida por Locke, na exacerbação do poder real além de sua alçada, quebrando o contrato social e assim, sua respectiva legitimidade, tendo como expoente máximo a Revolução Francesa e a queda da Monarquia Bourbon no país em 1789. Este processo revolucionário assolará a Europa e sua síntese resultará no Estado-Nação moderno.

Conforme explicitado por Bresser-Pereira, o modelo estatal absolutista trouxe a estrutura administrativa e burocrática ao arquétipo Westfaliano, contudo, falhou ao manter encastelado o poder de representação de apenas parte da nação ou sociedade civil, tornando-se insustentável em meados do século XVIII, com seus ideais de liberdade, fraternidade e igualdade entre os homens. Desta forma, no Estado-Nação contemporâneo, na hipótese de desconexão entre o Estado e a Nação, faz-se do nacionalismo para enfatizar os símbolos e a identidade comum, que serão exacerbados no Século XX com a 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

Chinaglia e Viana discorrem sobre a “Era das Revoluções”, compartilhando da mesma conclusão:

“Considerando-se o cenário internacional no século XVII, com a assinatura dos 11 tratados de paz que culminaram no fim da Guerra dos Trinta Anos e formalizaram a Paz de Westfália em 1648, é permitido constatar a criação e consolidação daquilo que se entende por “Estado” na contemporaneidade. Todavia, o Estado Westfaliano não viria a ser a única concepção de Estado criada nos séculos seguintes. Ao se formalizar pelas negociações de Paz, o Estado Westfaliano ganhou seu espaço no sistema internacional ao se consolidar como soberano dentro de suas fronteiras nacionais delimitadas – sem nenhuma autoridade acima deste. Entretanto os interesses estatais não seriam dirigidos pelo povo, assim, embora a ideia de

“Estado” esteja ligada a um ideal mais democrático, a monarquia seria a forma de governo instaurada. O povo se sentia excluído ou isolado do Estado, e, diante desse quadro a ideia de “Nação” foi sustentada, criada e sujeitada à soberania popular contra o sistema monárquico, ou seja, tinha-se como propósito criar um Estado-nação por meio da vontade do povo. Convém notar que a monarquia não iria apenas se deixar perecer pela demanda popular. Estes procuraram um meio de resistência com o objetivo de se reafirmarem como os legítimos governantes do Estado – já que a monarquia vivia por um sistema tradicional e hierárquico de governo. Partilhado esses interesses comuns da “Nação” contra os interesses da monarquia, o século XVIII ficaria conhecido como “Era das Revoluções”. Em suma, o principal motivo que justificava a “Era das Revoluções” era a disseminação de uma democracia estatal que só seria instaurada a partir do momento que o povo pudesse participar ativamente das instâncias e das atividades políticas do Estado”. (CHINAGLIA; VIANA, 2016, p. 15)

Anexo II - A Ucrânia na formação do imaginário identitário russo

O Estado contemporâneo russo é o maior país do mundo, com parte menor do seu território na Europa (e capital) e o restante no continente asiático. Diferente da França, por exemplo, que possuía à época de sua formação, língua, etnia, cultura e costumes comuns, ou seja, uma nação do qual o processo de concentração territorial agiu sob o então império russo apresentava diversas nações sob o julgo estatal burocrático de Moscou, este fato por si só o diferenciando do processo padrão verificado na Europa Ocidental, palco de surgimento dos principais Estados-Nação que dominaram a história mundial no período.

Para fins do estudo aqui empreendido, focaremos em como a Ucrânia se encaixa nesse processo de formação territorial russo, bem como as principais políticas russas de identificação nacional.

De imediato, segundo Segrillo (SEGRILLO, 2010, pp. 99-100), a Rússia tem como fundação a conquista da cidade-estado de Kiev, em 882, por vikings escandinavos, que a partir das emigrações do século IX, se estabeleceram e governaram ao longo das rotas fluviais entre o Báltico e Mar Negro, gradualmente se assimilando às tribos eslavas locais e inaugurando a Rus Kievana, ou seja, etimologicamente a Kiev “dos povos do leste”. A “Rússia de Kiev” atinge sua maior extensão no século XI, cruzando a Europa Oriental de Norte a Sul, do Mar Báltico ao Mar Negro.

Podemos verificar aqui a essência multicultural na formação da nação russa: vikings escandinavos conquistam a cidade-estado de Kiev, na atual Ucrânia, e com a assimilação paulatina às tribos eslavas orientais locais, iniciam a formação que culminaria no Estado russo moderno. Ainda, com as rotas comerciais ao sul destinadas ao Império Bizantino, vieram a influência religiosa da Igreja Ortodoxa, parte fulcral da identidade russa até a presente data, e com a invasão e posterior expulsão mongol, esta última alcançada por Ivan III, temos outro ponto importante de identificação nacional: o Imperador, ou Czar (do César Romano), responsável pela centralização primária do Estado russo, com a monarquia vigorando como sistema absolutista até o início do século XX, tamanha sua importância na caracterização da nação russa. Em decorrência ainda das invasões mongóis, Segrillo (SEGRILLO, 2010, p. 118) discorre que o cerne da identidade russa é colocado em xeque: os russos seriam europeus, asiáticos, ambos ou nenhum destes, com uma identidade única? Este questionamento vital permeará toda a história nacional russa, com períodos em que determinada visão predominará.

Durante o reinado de Pedro, o Grande, a visão Ocidentalista impera, em um esforço do governante para retirar o país do atraso tecnológico, baseando-se assim nas invenções europeias para o desenvolvimento nacional; assim, é dominante neste período a ótica de que a Rússia é um país essencialmente europeu, e deve partilhar das tecnologias e ideias do velho continente. Em seu reinado, com o intuito de projetar o país no campo internacional, dá-se início ao iluminismo russo, e junto ao último, a um forte nacionalismo que floresce entre os intelectuais das classes superiores, onde já ao final de seu governo, culmina na nova visão do Eslavofilismo,

ou seja, de que a Rússia não seria nem europeia ou asiática, mas sim um país único (SEGRILLO, 2010, p. 134) com características e objetivos próprios.

As visões supramencionadas digladiam-se nas décadas posteriores, contudo, a partir das invasões napoleônicas ao país e assim, com o contato das ideias libertárias da Revolução Francesa, o descontentamento das massas trabalhadoras - tanto operários das novas fábricas que surgiram em virtude da modernização econômica, quanto ao campesinato semifeudal ainda existente - atinge seu pico no reinado do último Czar russo, Nicolau II, em virtude de sua derrota na Primeira Guerra Mundial; a destruição econômica e de alimentos em decorrência da Grande Guerra; às perdas territoriais extensas; e desmoralização nacional e das forças armadas (ROESNER, 2022), são o estopim para uma série de revoltas e posterior Guerra Civil que finde no surgimento do primeiro país socialista do planeta, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), composta pela Rússia e inúmeros países satélite que compõem tal união.

Nas quase 8 décadas do regime socialista, é importante salientar que a ótica identitária russa passa para o patriotismo soviético, ou seja, único e comum a todas as repúblicas formadoras da União. Assim, esta integração (não só mais apenas russa) era pautada no comunismo/socialismo como ideologia unificadora, em detrimento a culturas regionais. Ainda, já no contexto da Guerra Fria com o Ocidente, era importante diferenciar os povos soviéticos dos demais, usando assim, mais uma vez, o caráter étnico eslavo como forma agregadora nas repúblicas da União (ROESNER, 2022).

No decorrer da década de 1980, as reformas promovidas pelo então Secretário-Geral do Politburo Soviético, Mikhail Gorbachev, denominadas de Glasnost e a Perestroika, visavam, respectivamente, trazer uma maior transparência e liberdade de expressão por parte do governo central, aliado a uma menor planificação da economia e reintrodução de mecanismos de mercado, numa tentativa de modernizar o modelo soviético que apresentava inúmeros sinais de ruptura. Contudo, enquanto as reformas econômicas pouco mudaram o já combalido sistema planificador, a menor censura e assim acesso a informações do sistema antagonista minaram a

identificação do “nós contra eles”, passando o Ocidente de “inimigo” para “alternativa viável” para o homem soviético comum.

Apesar de não ser a intenção do programa, a Glasnost e a Perestroika desencadeiam uma série de eventos, agora permitidos, de descontentamento civil geral sem a costumaz resposta militar por parte do governo central, que culminam na queda do muro de Berlim em 1989 e na dissolução em si da URSS, no Natal de 1991.

Isto posto, uma vez verificadas as principais políticas russas de identificação nacional, é fundamental analisarmos o papel que a Ucrânia possuiu na construção deste mesmo imaginário identitário.

Conforme já explicitado anteriormente, o processo de formação do Estado russo se diferenciou desde o início do padrão apresentado pelos Estados Europeus Ocidentais, na medida em que não se baseou em uma nação, isto é, um povo com língua, costumes, etnicidade comuns, do qual o processo de concentração territorial agiu sob, mas sim em um Estado multiétnico surgido a partir da invasão viking a cidade-estado de Kiev, em 882, que inaugurou a “Rússia de Kiev”.

Não bastante o fato de a Rússia moderna ter suas origens no território ucraniano, com o advento das rotas comerciais ao sul com destino ao Império Bizantino, outro pilar daquilo que se considera ser russo é instituído, a saber, a religião cristã ortodoxa. Ainda, aliado a este último, a demorada luta contra a horda invasora mongol estabelece o Imperador, ou Czar, como figura formadora central do Estado russo, visão que permaneceu inclusive após a derrubada da Monarquia no período soviético (executivo por meio do politburo centralizando o poder) e até os dias atuais, com o executivo tendo a primazia sob os demais ramos do poder (legislativo e judiciário). Exemplo de tal supremacia vem do projeto do corrente governo em estender o mandato do atual presidente (RAINSFORD, 2020), Vladimir Putin, por mais 12 anos até 2036 (fora os 20 anos já servidos), onde pelas regras atuais não poderia se candidatar novamente em 2024.

Nos trechos imediatamente anteriores exemplifica-se a importância fulcral ucraniana no imaginário identitário russo: geograficamente, com a fundação da “Rússia de Kiev”; étnica, com a mistura de povos

escandinavos e eslavos, dando seu caráter multicultural único; religiosa, com a introdução da religião cristã ortodoxa na Rússia Kievana; e por fim, política, com a figura central forte, centralizadora das decisões, que marca o governo russo até hoje.